

SESSÕES DO PLENÁRIO

36ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 7 de maio de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas da seguinte sessão ordinária: 34ª, realizada em 30 de abril de 2024; e da sessão especial: 14ª, realizada em 26 de abril de 2024.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrição, eu convido o deputado Diego Castro para utilizar o tempo de até 5 minutos. (Silêncio) Não está presente.

Convido o deputado Hilton Coelho para utilizar o tempo de até 5 minutos.
(Silêncio) Não se encontra.

Convido o deputado Pedro Tavares para utilizar o tempo de até 5 minutos.
(Silêncio)

O deputado Pedro Tavares pediu para fazer uma permuta. Então, passo ao seguinte.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos, e pela ordem de inscrição, resguardando o tempo deputado Pedro Tavares que solicitou que nós fizéssemos a permuta.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente em exercício e deputado estadual Zé Raimundo, Srs. Deputados, as emendas impositivas são estabelecidas pela Constituição do Estado da Bahia. Isso foi, inclusive, um projeto da nossa autoria e foi aprovado por esta Casa. Tal instituto sofreu uma alteração através de um projeto da autoria do deputado Marquinho Viana.

Essas emendas impositivas causam reclamação por parte dos Srs. Deputados em relação à liberação delas. Essa é uma verba posta no Orçamento a cada ano, quando é feito o Orçamento do estado, para os deputados indicarem quais os municípios que o Executivo irá levar ou fazer a entrega de obras oriundas dessas emendas.

Mas, Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de, na segunda-feira passada, estar presente ao evento institucional do governador Jerônimo Rodrigues. Nesse evento, ele estava fazendo as entregas das emendas impositivas oriundas dos Srs. Deputados Estaduais e também dos Srs. Deputados Federais. São emendas importantes.

Na medida em que essas emendas iam atender às necessidades do setor de saúde do estado da Bahia, essas são emendas para os municípios, emendas para ambulâncias, vans e outros tipos de automóveis para atender às necessidades como ônibus para transporte de pessoas doentes. Evidentemente, essas emendas foram muito fundamentais para ajudar dentro da sustentabilidade do apoio público no que diz respeito à saúde pública.

Mas, Sr. Presidente José Raimundo, Excelência, o que me deixou mais tocado, propriamente dito, foi a conduta republicana do nobre governador ao liberar as emendas para a área da saúde sem olhar cor partidária, de maneira universal. E, em todas as entregas das emendas dos Srs. Deputados da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, eu estive presente acompanhando essas entregas. As entregas foram feitas por indicações dos deputados das Bases da Oposição e do Governo. Foram entregues 65 ambulâncias e mais outro tanto de automóveis e ônibus para a área da saúde.

Então a postura de S. Ex.^a, o governador Jerônimo Rodrigues, em olhar a coisa sem cor partidária, buscando apenas cumprir com a missão de fazer as entregas de acordo com as emendas impositivas dos Srs. Deputados estaduais me deixou muito feliz. Foi, realmente, um momento importante, altamente republicano, acima de tudo.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de acrescentar que a reforma administrativa realizada pelo ex-governador do estado da Bahia, Rui Costa, trouxe prejuízo para o Médio Rio de Contas, na medida em que, nessa reforma administrativa, ele retirou o núcleo da saúde do município de Jequié para o polo do Médio Rio de Contas e o levou para Ilhéus.

Os senhores observem o absurdo! Ele retirou a área da saúde de um centro próximo a vários municípios e levou para a cidade de Ilhéus, que tem o mar como vizinho. Isso trouxe a dificuldade para o município de Jequié, que é uma cidade polo.

O núcleo de saúde desses 26 municípios lá, do Médio Rio de Contas, tem de se deslocar para a cidade de Ilhéus, a fim de buscar o atendimento que precisa ter no que diz respeito à Secretaria da Saúde do Estado, porque os núcleos representam a descentralização da secretaria para atender a um polo que abrange dezenas de municípios.

Há outro ato também, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar. Eu estou trabalhando intensamente para ver se conserta o retorno do Inema. Esse era um órgão regional sediado em Jequié para atender aos municípios circunvizinhos. A reforma administrativa levou para a cidade de Vitória da Conquista, retirando, evidentemente, as condições de atendimento a vários municípios circunvizinhos a Jequié. Eu queria deixar registrado isso também.

Mas, Sr. Presidente, eu também quero fazer um apelo ao governo do estado no sentido da luta, travada há mais de 1 ano, para ver o atendimento público do estado, na área de saúde, no Baixo Sul, ser contemplado por um Hospital Regional do Baixo Sul, em Valença.

Quanto a isso, eu tenho conversado com S. Ex.^a, o governador, e com a secretária da Saúde do Estado da Bahia, Roberta Santana, no sentido de dar essa condição de sustentabilidade para aquelas comunidades dos municípios do Baixo Sul, que tem Valença a cidade polo, para ser contemplado, evidentemente, com o hospital de saúde regional, lá, na cidade de Valença.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, Sr. Presidente, enviamos os nossos abraços ao nosso querido governador Jerônimo Rodrigues por essa postura e por essa conduta altamente republicana.

Concluindo, gostaria de dizer a todo o pessoal que está presenciando esta sessão, o pessoal de enfermagem que está na sua luta e na sua batalha para haver o reconhecimento do piso nacional da categoria por parte dos governos na área do setor público.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O piso é estabelecido em lei e é estabelecido pelas atribuições da profissão. Evidentemente, o piso não é a remuneração. O piso é um reconhecimento da ação da profissão para a população brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Obrigado, Sr. Presidente José Raimundo. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Euclides Fernandes.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrição, eu convido o deputado Bobô para falar. (Silêncio) Ele não se encontra.

Seguindo a ordem de inscrição, eu convido o deputado Eures Ribeiro para falar. (Silêncio)

Em permuta, eu concedo, portanto, a palavra ao deputado Hilton Coelho pelo tempo de 5 minutos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. HILTON COELHO: Primeiro, gostaria de parabenizar esta ocupação ativa feita pelas servidoras e servidores públicos aqui. Eu estou vendo, inclusive, uma grande maioria de mulheres lutadoras que demonstram o compromisso que se tem com o serviço público e a defesa, portanto, da dignidade das servidoras e servidores, como parte disso.

Gostaria de dizer que isso é apenas uma amostragem do que está acontecendo nesta Casa hoje. As servidoras e os servidores estão ocupando a frente da Assembleia Legislativa com diversos recados. Pela ordem, eu gostaria de destacar o primeiro discurso sobre a necessidade de aprovação, ainda hoje, da parcela dos precatórios do Fundef.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Nós não temos mais qualquer condição, não existe justificativa para o governo ter recebido o recurso ao final de março e não ter pagado aos servidores. Já está na conta do governo os recursos dos precatórios do Fundef. No entanto, o governo não quer aprovar o PL.

A nossa expectativa, aliás, era a promessa. Não foi expectativa, não. A promessa do governo era a de que o PL chegaria em abril e, rapidamente, se votaria por acordo – como vai acontecer hoje, isso tem de acontecer. E o governo, em folha suplementar, repassaria o recurso que é das professoras e professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Nós estamos numa situação, deputado Zé Raimundo, de professoras que estão em desespero, do ponto de vista de tratamento de saúde, pois precisam... para resolver problema emergencial de saúde. Algumas não aguentaram, e venderam o seu direito para bancos privados que, como verdadeiros vampiros, hoje, estão buscando tirar vantagem do desespero da categoria.

Então, hoje, vai ser uma frustração enorme. Eu não acredito que isso aconteça, ou seja, que esta Casa não aprove o projeto dos precatórios do Fundef.

Então, eu quero parabenizar a luta e quero dizer que não existe nada mais lógico e justo. Essa é a nossa expectativa de hoje: esta Casa, inclusive, por

unanimidade, dizer sim aos precatórios do Fundef, e retirar o dinheiro pertencente aos professores e às professoras da conta do governo para repassar para quem tem direito.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Segundo, Sr. Presidente, eu quero falar sobre o piso da enfermagem. Nós estamos numa situação em que o salário-mínimo da enfermagem não é respeitado na Bahia. No último processo, o governo refez as definições. O governo criou uma situação até de redução de remuneração da categoria. Isso é uma coisa absurda!

Quando a gente vai para os detalhes em relação à categoria da enfermagem, hoje, na Bahia, é estarrecedor, porque tudo foi gestado nacionalmente. Mas eu não quero nem martelar mais na pandemia. Eu quero falar deste dia a dia da categoria da enfermagem. Essas são pessoas que estão dando a mão, principalmente, a pessoas que mais precisam naquele momento. Em boa parte das vezes, as pessoas necessitadas estão com a morte ao seu lado. São essas profissionais que merecem respeito e merecem ter o piso nacional respeitado! E não é respeitado na Bahia, incrivelmente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Agora, há o debate sobre a remuneração! Pô, paciência! A data-base da categoria é janeiro. Quer dizer, se a gente fosse fazer uma atualização hoje, falar em dois mais dois, isso não cobriria nem a inflação do período!

Aliás, eu quero falar sobre isso. O governo precisa respeitar a data-base de janeiro. Sabem por quê? Porque precisa ter a proposta à mesa para as categorias terem condições de fazer um amplo processo de debate e de mobilização.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Essa história de ficar enrolando em relação à data-base é de quem tem medo da verdade. O governo não pode ter esse comportamento. Então veja...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) 4% divididos não cobre nem os 6% da inflação! E o que é pior! O que nós temos hoje, o grosso das categorias do serviço público está acumulando cerca de 50% de perda dessa última trajetória. Como alguém, um trabalhador, pode perder 50% da sua capacidade de compra e dizer que tem dignidade, Sr. Presidente?

(As galerias se manifestam com palmas.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Portanto, nós não podemos legitimar este acordo. Isso não é acordo. Isso é imposição do governo que quer trabalhar com a ideia de que os servidores e as servidoras estão desesperados e vão aceitar qualquer coisa. Qualquer coisa não!

É preciso tratar dignamente, fazer uma mesa democrática, de fato, que avalie o que é esse trajeto, porque avaliar, democraticamente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) olhando no olho das categorias, não vai causar, dificilmente, o constrangimento para o governo ao ver essa perda toda e oferecer um percentual tão pífio, Sr. Presidente.

Então, eu quero apelar, aqui, para a sensibilidade do governo. Sugiro a retomada da mesa de negociação, a fim de escalonar essa perda. Não tem intransigência em relação a isso. A gente pode escalonar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Agora, 4%, de duas vezes, isso é inaceitável, Sr. Presidente!

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra a Diego Castro, em permuta com o deputado Marcelino, pelo tempo de 5 minutos.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, deputado, o seu tempo é de 5 minutos.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para a continuidade da sessão, com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa, como a imprensa, os professores, o pessoal da enfermagem. Parabenizo todos vocês pela luta. Gostaria de dizer, presidente, que me uno a todos esses contra o desrespeito do governo do estado para com essas categorias.

Hoje, aqueles sentados em posições de liderança se fizeram tanto desses movimentos de base nas áreas de saúde e educação. Saíram tanto que eles chamam de expoentes. E olhem o que eles fazem, hoje, com as categorias que dizem olhar como prioridade. Inclusive, são duas as categorias que representam o tripé das políticas públicas que são saúde e educação.

Contem com meu apoio! Vocês sabem disso!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Parabenizo a Aceb (Associação Classista de Educação e Esporte da Bahia) e as entidades da enfermagem aqui.

Presidente, eu queria deixar clara a minha posição em relação a este projeto de lei do governo chamado de programa Bahia pela Paz. De antemão, eu gostaria de dizer que sou totalmente contrário, porque o Bahia pela Paz será, apenas, mais uma peça de publicidade para resolver os problemas do estado, como está acostumado a fazer por onde passa o governo do PT. E eu vou dizer por quê!

Primeiro, este é um programa que o próprio governo não sabe o custo. O governo não sabe, ao certo, e, precisamente, qual será o impacto deste projeto.

Segundo, não está clara a transparência da gestão deste programa para proporcionar o controle da sua efetividade. Este é mais um elefante branco e genérico do Jerônimo e do PT de Lula!

Terceiro, não estão definidas, melhor dizendo, quais serão as áreas prioritárias. Está genérico. Ou seja, quando você pega o programa para ler, há linhas e linhas com palavrinhas bonitas! Esse programa é um grande saco vazio que não vai resolver em nada o problema da segurança pública!

Repito, presidente, a Bahia, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, até o ano de 2007, figurava entre os sete estados mais seguros do Brasil. Após a chegada desta linha de governo, a completar 20 anos, passamos a ser o estado mais inseguro.

E não é errado rememorar o grande trunfo do governo do PT, no seu início, com Jaques Wagner. Isso foi logo no primeiro mandato. Trata-se da criação do que se chamou de Pacto pela Vida. Esse programa virou o “Pacto pelo Banho de Sangue”, o “Pacto da Insegurança”, o “Pacto do Fracasso”.

E o programa Bahia pela Paz é, nada mais, nada menos, do que o “Pacto pela Vida 2.0”. Isso é a mesma porcaria que já se viu que não deu certo, que deu errado. Por quê? Porque, com base nesse programa, se implantou uma política de leniência com a criminalidade, uma política de frouxidão com a segurança pública, a começar pela pauta generalista que afeta tanto professores quanto enfermeiros, assim como os profissionais da segurança pública. Esses são os piores índices remuneratórios de servidores públicos do Brasil. Do Brasil!

(As galerias se manifestam com palmas.)

A enfermagem e a educação sabem o quanto a segurança pública é importante para o desempenho das funções deles. E eu pergunto a vocês: quantas vezes vocês já assistiram, nos noticiários e até no dia a dia, a bandidos invadirem hospitais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para fazer acerto de contas? Eu estou mentindo?

Participante das galerias: Não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Quantas vezes os professores presenciaram bandidos entrando nas escolas para fazer acerto de contas?! Eu estou mentindo?!

Participante das galerias: Não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Isso é culpa do governo do PT que deu as mãos à criminalidade, tanto por ação quanto por omissão!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Concluo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Hoje, ao invés de priorizar a remuneração que está em 54% defasada de todos os servidores em geral, que está defasadíssima, ele prioriza gastar dinheiro com peça publicitária...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) pintar muro de fachada de base comunitária ao dizer que vai resolver o problema, assim como pinta fachada de escola e de hospital.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Bem, investe-se proporcionalmente mais em publicidade do que em segurança pública!

E a Bahia tem os piores salários de policiais civis, militares e, agora, de policiais penais do Brasil!

Fora PT!

Vamos dar um salto de qualidade na segurança pública!

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Felipe Duarte. (Pausa) Não se encontra.

Na ordem de inscrição, com a palavra o deputado Júnior Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, companheiros deputados, público presente. Categorias que buscam pelos seus reconhecimentos e pelos seus direitos, sejam sempre bem-vindas a este Parlamento.

Senhores, eu faço uso da tribuna neste dia para compartilhar com vocês um dia muito especial. Ontem, nós tivemos a oportunidade, como fruto de emenda parlamentar da autoria deste deputado, de entregar uma ambulância para o município de Senhor do Bonfim. Sem sombra de dúvida, isso vai ajudar muito a salvar vidas e vai contribuir com a saúde pública daquele município.

Na oportunidade, nós entregamos ao prefeito Laércio, um prefeito que tem muito contribuído e colaborado com o município de Senhor do Bonfim. Eu destaco que, só nesses 3 anos e meio, foram, se eu não me engano, nove ambulâncias entregues ao município de Senhor do Bonfim. Entre a parceria deste deputado e do deputado federal Elmar, com ambulância entregue ontem, totalizam seis ambulâncias entregues àquele município, assim também como transporte para TFD (Tratamento Fora do Domicílio), um micro-ônibus que nós já colocamos.

Na oportunidade, nós alocamos a emenda e entregamos ao prefeito Laércio.

Ele me entregou este troféu do orgulho de ser bonfinense, da querida cidade de Senhor do Bonfim, com esta sanfona que simboliza uma das maiores festas de São João do Brasil.

O Município de Senhor do Bonfim está sendo considerado a capital baiana do forró, como a capital das festas de São João. A gente espera, também, que o governo do estado priorize, através da Sufotur, que mais investimentos cheguem e

colaborem com aquele São João, porque o investimento, colocado pelo governo, em uma festa de São João do tamanho da cidade de Senhor do Bonfim, ainda é tímido.

Então, espera-se que as políticas sejam deixadas de lado. Não é pelo fato de o prefeito ser adversário do governo que os investimentos não podem chegar em nível do estado.

Então a gente espera que o São João de Senhor do Bonfim receba a valorização merecida. Lá, nós estaremos para participar desse brilhante evento, junto com o prefeito Laércio. Fico muito feliz pelo dia de ontem.

Em seguida, me desloquei para Adustina, onde, em plena segunda-feira, nós demos uma ordem de serviço para a pavimentação asfáltica em diversas ruas daquela cidade.

Então, é dessa forma que a gente vem trabalhando ao buscar levar investimentos para os quatro cantos, cumprindo agenda no interior. Praticamente, dos 7 dias da semana, a gente está viajando de 3 a 4 dias. A gente está percorrendo todo o estado, prestando conta do nosso mandato, mostrando que valeu a pena o reconhecimento das pessoas e a confiança para que estivéssemos aqui. Da mesma forma, a gente vem retribuindo essa confiança ao levar obras, investimentos, equipamentos e melhor qualidade de vida para esses municípios.

No último sábado, eu estive em minha querida cidade de Campo Formoso, onde participei do evento de inauguração da pavimentação asfáltica. Para vocês terem uma ideia, o distrito Laje dos Negros é uma região quilombola. Nós entregamos várias ruas totalmente pavimentadas, lá, na sede de Laje. Também, Gameleira do Dida faz parte da região. Entregamos uma praça, um caminhão-pipa e dois carros para a área de saúde e para o conselho tutelar quilombola.

Deputado Penalva, a região de Laje dos Negros é uma região quilombola reconhecida. Há muito tempo não era reconhecida da forma que é. Lá, nós estamos fazendo uma estrada de asfalto de 43 quilômetros para beneficiar aquela região. Trata-se de uma comunidade quilombola na qual implantamos, através do prefeito Elmo, de Campo Formoso, uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que não existia. Nós implantamos a subprefeitura, onde diversas ações, sistemas de água têm sido feitas.

E, mais uma vez, de forma calorosa, nós somos recebidos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por aquele povo que tanto tem recebido investimento da nossa parte, mas, ao mesmo tempo, tanto tem feito por nós.

Finalizo um dia de muito agradecimento e na certeza, também, do olhar do governo e na sensibilidade para cumprir o Piso Nacional da Enfermagem e cumprir o pagamento dos precatórios a serem votados, de forma específica, para contemplar toda a categoria que tanto se dedicou por esse povo.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Júnior Nascimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em permuta, eu convido o deputado Robinho pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde aos professores e aos enfermeiros.

Hoje, eu participei, juntamente com alguns colegas, de uma audiência pública falando de um novo projeto do governo do estado: o Bahia pela Paz. É um discurso muito importante para a Bahia. Afinal de contas, a Bahia é um dos estados mais violentos do Brasil. Há violência com feminicídio, enfim, violência no geral. Vitor, o mais importante é que, em 2005, o estado da Bahia era o segundo estado menos violento do Brasil. De 2005 para cá, a violência vem crescendo na Bahia.

Outro relato importante: nos últimos 10 anos, o Orçamento do estado da Bahia, a receita do estado da Bahia mais que dobrou. Mas o investimento do governo do estado em segurança pública não acompanhou a receita, não acompanhou o crescimento do Orçamento do estado.

O governo diria que era mais como uma questão de marketing, quando ele fala sobre o projeto Bahia pela Paz. Ele não sabe quanto vai custar este projeto, porque uma das coisas mais importantes quando eu, quando você, quando um prefeito ou quando um governador vai falar de segurança ou vai falar de um projeto, ele sabe quanto custa esse projeto. Mas, por trás da segurança, professores, há uma amarga estatística.

A educação da Bahia, hoje, só ganha do Maranhão. Um dos motivos por que nós não temos segurança no nosso estado é pela questão da educação, pela questão do investimento que o governo não faz na educação.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Há outra questão. A Bahia tem os maiores índices de desemprego do Brasil. Então, eu diria que é para se pensar sobre um governo estadual que, depois de 18 anos, levou a Bahia para o maior desemprego e para um dos piores índices nas áreas da segurança e da educação. A educação possui um dos piores índices.

Professores, o governador, ele não sabe qual é o piso salarial. Um governador que é professor, um governador que foi secretário da Educação não sabe qual é o piso dos professores. Isso é uma coisa tão simples, até porque o piso foi aprovado pelo governo federal. Esse é o comprometimento que o governo da Bahia tem com vocês.

Eu lembro, Hilton, quando foi aprovada aqui a questão dos precatórios para os professores. Vocês não receberam juros de mora, vocês só receberam 70% do valor que estava sob o controle do governo. Então está provado que o governo do PT, que às vezes vocês costumam prestigiar demais, não tem compromisso com o trabalhador.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Está aí a questão dos enfermeiros. Eu sempre falo que o Partido dos Trabalhadores usou o nome trabalhador para criar uma grande farsa, isso é uma grande farsa. Então é interessante que vocês analisem isso direitinho. Se depender da Minoria, da Oposição, vota-se sempre favorável...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ao reconhecimento do piso de vocês, favorável aos direitos dos precatórios de vocês.

A gente está muito preocupado também com a segurança pública do estado, com o desemprego no estado. Enfim, vem aí projeto sobre o combate à fome na Bahia. É disso que o PT mais gosta, para que o povo fique mais dependente do governo, fique refém do sistema. (Palmas)

Um abraço que Deus nos abençoe.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Samuel Junior pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas deputados e colegas deputadas. Quero dizer aos representantes da categoria de enfermagem e aos professores que estão aqui que os deputados que compõem a base da Oposição, liderada pelo deputado Alan, estão aqui para votar. Eu também sou filho de professor, meu pai também era professor. Hoje, inclusive, nós já tivemos reunião e estamos aqui dispostos a votar. Isso depende do deputado Rosemberg, líder do Governo, convocar os deputados que fazem parte da Base do Governo para que venham ao Plenário votar num projeto dos professores e aprovar a implantação do piso nacional da enfermagem.

O governador disse que está aqui para cumprir a lei. Se é para cumprir a lei, a lei foi aprovada, existe um piso e esse piso não está sendo cumprido. Vocês podem ter certeza de que os deputados que fazem parte da Oposição estão ao lado de vocês.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu já quero ser solidário com os nossos irmãos gaúchos, mas, presidente, eu acho que o presidente da República não gosta dos brasileiros. A gente viu, recentemente em reportagens, meu caro cinegrafista, que, no ano passado, saíram do Brasil 120 toneladas de alimentos para atender o país chamado Cuba, mas hoje, Pancadinha, só saíram 18 toneladas de alimentos no avião da FAB para atender os nossos irmãos gaúchos.

Ora, no Brasil tem tanta gente passando fome, e o presidente manda para Cuba 120 toneladas de alimentos, mas para os nossos irmãos gaúchos, 18 toneladas. Podem acessar o site do *GI* ou tantos outros, que vocês vão ver a quantidade.

Recentemente, o governo federal – que infelizmente meu colega Zé Raimundo, por quem tenho grande estima, faz parte – baixou uma resolução

proibindo que o governo federal invista em centros de recuperação. Ora, a maioria dos centros de recuperação tem o envolvimento do segmento evangélico. Eu não conheço maior agente transformador do que o Cristo que nós pregamos.

Talvez tenhamos aqui várias pessoas que têm centro de recuperação. Estou vendo que o líder Rosemberg está me vendo, eu já o vi visitando o centro de recuperação que fica às margens da BR-324, há quantas pessoas que são transformadas ali? Mas a resolução, caro Leandro, do governo federal diz que agora não pode se gastar nenhum centavo.

Quando eu digo a vocês que esse governo persegue o segmento evangélico, deputado Arimateia... saiu uma nova resolução proibindo que nós preguemos o evangelho de Cristo nos presídios. Ora, segundo as próprias estatísticas, apenas 25% das pessoas que estão dentro dos presídios são ressocializadas, voltam para a sociedade sem dar trabalho. Desses 25%, 80% passaram por alguma igreja evangélica dentro dos presídios. Mas o que o presidente da República diz agora? Que nós não podemos mais pregar dentro dos presídios.

No estado da Bahia, por exemplo, a igreja da qual faço parte, igreja Assembleia de Deus, há 40 anos, tem um trabalho na Penitenciária Lemos de Brito. Inclusive, nós temos pessoas lá que aceitaram Jesus dentro desses presídios, já estão à frente de trabalhos e hoje já não dão mais nenhum trabalho para a sociedade.

Usando um exemplo bíblico, a própria Bíblia diz, Geraldo, que Paulo e Silas estavam presos e, enquanto eles adoravam o Senhor dentro da prisão, Jesus os libertou. Então eu quero dizer que esse presidente persegue o segmento evangélico e está claro que ele não gosta dos brasileiros. (Palmas)

E eu volto a falar dos nossos irmãos gaúchos. Meu caro professor Zé Raimundo, será que o problema foi os nossos irmãos gaúchos terem votado em Bolsonaro e não em Lula? Agora o presidente da República está dando o troco aos nossos irmãos gaúchos? Fica a pergunta.

Que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, imprensa, quero me solidarizar com os professores. Podem contar com este deputado, assim como vocês do piso nacional da enfermagem também podem contar com este deputado e com a Bancada da Oposição. (Palmas)

Sr. Presidente deputado José Raimundo, na semana passada, no dia 3 de maio, foi o Dia do Taquígrafo. (Lê) “Palavras podem ser esquecidas, contudo, os escritos perpetuam-se através das gerações. Por meio das palavras, os taquígrafos documentam detalhadamente todos os eventos deste Parlamento.”

Senhores e senhoras que estão aqui nas galerias, essas mulheres e esses homens que estão aqui na frente representam a Taquígrafia desta Casa. Eles fazem o registro de tudo o que acontece nesta Casa, no Plenário, nas comissões.

Na semana passada, foi comemorado o Dia do Taquígrafo e eu quero expressar a minha solidariedade a vocês, quero expressar a importância de vocês. Quero pedir ao nosso presidente Adolfo que faça uma visita à sala da Taquigrafia, essa visita é importante, pois ele é o presidente desta Casa, peço que ele visite esses homens e essas mulheres que têm trabalhado diuturnamente nesta Casa com todo amor e todo carinho. Então, meu amigo, presidente Adolfo, por gentileza, faça essa visita, sua visita será um presente de V. Ex.^a, ouviu? Eu tenho certeza de que vai ser muito importante.

Inclusive, deputado, eu preparei uma moção, está sendo encaminhada hoje para vocês da Taquigrafia, porque vocês realmente fazem a diferença dentro desta Casa. Aconteça o que acontecer, eles estão sempre aqui, sentados, a postos, anotando passo a passo, fala a fala, o que cada deputado expressa nesta tribuna.

Outro assunto, Sr. Presidente, tem coisas que acontecem que eu fico imaginando: “será que são verdades ou são fake news?” Como o presidente da República toma uma decisão de proibir a evangelização nos presídios?

Deputado Zé Raimundo, eu estou sem acreditar, eu não estou aqui... você sabe que eu tenho sido um deputado muito coerente com as minhas colocações e estou tentando entender isso. Como segmento evangélico faz um trabalho excepcional, todas as denominações, a própria igreja católica também faz o seu trabalho de levar a palavra de Deus, e o presidente baixa uma resolução como essa, proibindo que as pessoas cheguem àqueles presos? Eles estão pagando diante da justiça dos homens, mas a palavra de Deus é palavra de conforto.

Eu olho para essa Bíblia que está aí do seu lado, presidente José Raimundo, e fico preocupado, porque já existem duas cidades no Brasil, onde as câmaras de vereadores já proibiram que o exemplar da Bíblia fique em cima da mesa. Eu estou preocupado com essa resolução, será que vão mandar tirar essa Bíblia daí também?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu não sei, mas essa pergunta fica no ar e precisa de uma resposta. O presidente tem de se manifestar. Como é que se toma uma decisão como essa?

Para concluir, Sr. Presidente, (lê) “gostaria de reiterar aos ilustres deputados, o convite para a audiência pública, no próximo dia 21 de maio, que abordará o tema: A Garantia de Direitos da Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Como vice-presidente da Comissão de Saúde, gostaria de convidar os Srs. Deputados para participarem desse tema de suma importância com respeito às pessoas que têm transtorno mental, em conflitos com a Resolução nº 487/2023, do Conselho Nacional de Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Essa foi uma determinação também perigosa, e nós não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O Pequeno Expediente está se encerrando, mas ainda resta um pequeno tempo para Leandro.

(Intervenção fora do microfone.)

Pela ordem de inscrição, seria V. Ex.^a em permuta com Vitor Bonfim. O orador seguinte do Pequeno Expediente seria Raimundinho da JR, mas o tempo está expirado.

Então, regimentalmente, eu tenho de aguardar os 30 minutos, depois das 15 horas, para não haver questionamentos. (Risos) Às 15h30min.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há um orador inscrito, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores, servidoras, visitantes...

(As galerias se manifestam com vaias.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, atenção.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: (...) Sr. Presidente, hoje eu recebi em meu gabinete a representação de diversas categorias de servidores do estado da Bahia que, legitimamente, cada uma foi apresentar as suas reivindicações, os seus questionamentos com relação a diversos projetos que tramitam aqui na Casa Legislativa. Conversamos sobre diversas situações que passamos hoje no país e aqui na Bahia.

Primeiramente, quero dizer que é difícil debater as questões financeiras do estado quando há uma forma, deputado José de Arimateia, equivocada do ponto de vista da distribuição dos recursos dos tributos deste país, a qual propõe uma concentração no governo federal, na União, em detrimento de estados e de municípios.

É muito difícil fazer a gestão de um estado como a Bahia, que tem uma das menores rendas per capita do Brasil. Dizia um representante dos servidores que, em Sergipe, havia acontecido um reajuste diferenciado do que se propõe praticar na Bahia. Sergipe é um dos estados que têm renda per capita, deputado Antonio Henrique, maior do que a da Bahia.

Vivemos uma contradição social e nós precisamos debater isso. Nós precisamos sair da nossa bolha para que a gente possa ampliar o debate na sociedade sobre como nós podemos trabalhar para distribuir a riqueza que é produzida neste país. Nós estamos diante de um cenário extremamente complexo

para o estado da Bahia, a arrecadação não atinge a expectativa projetada para um orçamento de R\$ 70 bilhões. Só com suplementação para o pagamento da previdência do estado da Bahia, o estado terá um investimento na ordem de mais de R\$ 8 bilhões, mais do que 10% do orçamento do estado. Então, essa não é uma tarefa simples, não é uma tarefa qualquer.

Para além dessas questões do nosso estado, deputado Eures Ribeiro, V. Ex.^a é de uma cidade à beira do Rio São Francisco, a gente verifica o quadro que passa o estado do Rio Grande do Sul, é lamentável ver aquilo que acontece lá. Eu estava reparando hoje uma jovem de Cachoeira que escreveu sobre o que o rio queria: apenas passar. Mas nós temos uma responsabilidade coletiva, porque não cuidamos do ambiente, deputado Zé Raimundo. Nós não cuidamos, não tivemos uma política ambiental que levasse em conta a situação dos nossos rios, que são interrompidos por diversas construções, muitas vezes irregulares, o que causa situações catastróficas como a que acontece hoje no Rio Grande do Sul, em especial, na região de Porto Alegre.

Deputado Hilton, nós temos de criar um processo...

(As galerias se manifestam com vaias.)

(...) É disso que eu falo, nós precisamos que a sociedade compreenda isso como algo fundamental na vida das pessoas. Quando a gente trata desse tema, algumas pessoas – que a gente acreditava que estavam antenadas com a política ambiental, que visa proteger a vida das pessoas e das suas famílias – pensam e se manifestam de forma diferente. Mas é essa a formação da nossa sociedade... Lamentavelmente, nós temos uma sociedade que priorizou, nessas últimas décadas, a visão individual em detrimento da visão coletiva. Nós precisamos trazer o debate do interesse coletivo para a sociedade brasileira e para a sociedade baiana.

(As galerias se manifestam com vaias.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, um momento.

Eu solicito aos presentes nas galerias... Pelo Regimento, o deputado ou a deputada está utilizando o seu tempo regimental para expressar suas ideias. Então, a gente tolera os aplausos, e, na hora que os presentes nas galerias não concordarem, o silêncio, para que a gente possa desenvolver um trabalho dentro de um clima tranquilo.

Está o.k., gente? O.k.?

(As galerias se manifestam.)

Continue, Rosenberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Obrigado, presidente.

Eu, presidente, estou falando sobre esse tema, iniciei falando sobre o reajuste dos servidores, porque é o tema desse debate local. Mas o tema do Brasil hoje é o da preservação do meio ambiente. As mortes que estão acontecendo no Rio Grande do Sul não podem ser apenas responsabilidade dos gaúchos, são de responsabilidade coletiva, de uma sociedade que nos colocou na posição de não

compreender a importância de se defender o meio ambiente e de se defender a coletividade.

Eu lamento, mas lamento muito, que os nossos interesses individuais estejam sobrepondo os interesses coletivos. De que serve a vida? De que serve a vida individual se a gente não tiver o espaço coletivo para desfrutar dela? É preciso que esse debate seja construído. Nós não podemos achar que, ao resolver os nossos problemas particulares, estamos resolvendo a sinalização do mundo. Isso resolve o problema da nossa alma, mas não resolve os problemas das vidas das diversas pessoas que, às vezes, acordam pela manhã e não sabem sequer se vão ter direito a terem uma alimentação.

Isso não pode ser responsabilidade somente das pessoas que passam fome, tem de ser responsabilidade de todos nós. É esse debate que nós precisamos fazer. É com essa situação da individualidade que os principais bairros do Rio de Janeiro, os bairros nobres, são protegidos com grades na frente dos seus apartamentos. O que vale a vida daquelas pessoas que não podem sair porque têm medo de outras pessoas? daquelas pessoas que não têm um espaço daquele para viver? Vemos disputas de homens contra homens, de pobres contra ricos, de quem come e de quem não sabe se vai se alimentar. São esses debates que estamos precisando fazer.

Estar aqui é direito de cada um. Aqui é um espaço coletivo, é das pessoas. Presidente, fiquei feliz com a sua intervenção, mas eu estou acostumado com isso e não me impede de expor a minha opinião, porque se tem alguém que, para entrar nessa Casa, eu, na minha juventude, junto com outros companheiros e outras companheiras, tive de enfrentar os policiais ao redor desta Casa para que hoje as pessoas possam ter a oportunidade de lotar essas galerias.

Eu estou muito tranquilo, isso não me cria nenhum constrangimento.

(As galerias se manifestam.)

Então, presidente, na próxima semana, nós iremos tratar de temas extremamente importantes para a cena brasileira. Na próxima sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará Teixeira de Freitas, para que a gente possa, Diego, mostrar como a gente faz uma gestão pensando no povo.

(As galerias se manifestam.)

Sabe por quê? Sabe por que, presidente? Porque nós vivemos os últimos quatro anos em uma gestão adversa, que não permitia que as pessoas pudessem se manifestar nas ruas. Parece-me que aquele presidente da República acabou educando algumas pessoas para reproduzirem a sua posição contrária à organização da sociedade. É lamentável.

Eu dizia hoje para os meus companheiros, na reunião do Partido dos Trabalhadores, como a gente não está conseguindo abrir um debate na sociedade para enfrentar uma posição conservadora, destruidora, que pensa especificamente com uma visão individual em detrimento à visão coletiva. Isso se reproduz em todos os espaços, inclusive, neste dia de hoje, nesta Casa Legislativa.

Então, presidente, isso me deixa angustiado. É uma angústia não conseguir verificar como o mundo tem mudado para pior, do ponto de vista das relações

sociais. Nós precisamos enfrentar esse tema sob pena de os parlamentos serem destruídos pela sua inação e pela sua incapacidade de dialogarem com a sociedade.

Então, eu venho falar isso hoje, presidente, com a tranquilidade de quem quer debater a vida, de quem quer debater sobre um mundo melhor para todas as pessoas, respeitando as individualidades. Mas a coletividade, para mim, é a razão de estar neste Plenário. Se fosse para resolver os problemas individuais, não seria este o espaço da representatividade da sociedade.

Então, presidente, eu queria aproveitar este Grande Expediente para trazer esse debate. Um debate em que a gente possa amadurecer posições que nós perdemos ao longo do tempo, os nossos sonhos de uma sociedade coletiva, que respeita as opiniões diversas. Essa visão autoritária de que só a sua opinião é a correta é uma visão extremamente equivocada, uma construção social de verdade absoluta, quando a verdade é coletiva.

(As galerias se manifestam com vaias.)

Presidente, hoje eu conversei com o deputado Alan para que a gente pudesse votar aqui alguns projetos de interesse dos servidores, em especial, dos professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Como a pauta está sobrestando, nós fizemos uma combinação de, por acordo, votarmos o projeto dos precatórios, para que o governador possa sancioná-lo ainda hoje, e amanhã possa disponibilizá-lo e fazer com que a Secretaria da Administração da Bahia trabalhe no sentido de já fazer a distribuição dos precatórios, para atender a essa comunidade que espera a terceira parcela com muita ansiedade. Então, esse projeto... quero agradecer ao deputado Alan pela pactuação de assinar a dispensa de formalidades.

Também votaremos hoje um projeto para melhorar um setor da segurança pública, o Departamento de Polícia Técnica. Os diversos servidores, ou “pré-servidores” – vamos dizer assim –, que estão no cadastro de reserva, com este projeto de lei que nós iremos apreciar e votar aqui, essas pessoas que se encontram no cadastro de reserva terão a oportunidade de vir para os quadros do estado, em especial, para o Departamento de Polícia Técnica.

Também votaremos hoje, será apreciado o projeto que debate uma forma humana de se tratar as relações da segurança pública. Coordenado pelo secretário de Justiça e Direitos Humanos, o secretário Felipe, sob a organização da Secretaria da Segurança Pública, ouvindo os diversos segmentos, o projeto Bahia pela Paz. Não é um projeto qualquer, pois debate a segurança pública de forma a criar uma relação humanizada.

Infeliz daqueles que acreditam e que pensam que nós vamos resolver a violência abatendo os jovens pretos e pobres da periferia da nossa cidade. Essas pessoas são produção de uma sociedade conservadora, equivocada, segregadora, que concentra renda e deixa milhares de famílias no submundo, e que leva a nossa juventude para o caminho do submundo, para o caminho errado, para o caminho do tráfico; essas pessoas têm hora para saírem de cena, porque é assim que esse segmento organizado se faz.

Então, presidente, nós estamos trabalhando para que esse projeto considere outras formas da segurança pública e possamos humanizar essas relações. É natural que não se abra mão da defesa a partir das instituições da Polícia Militar e da Polícia Civil, mas nós precisamos encontrar mecanismos que envolvam uma grande parcela da sociedade civil para, juntos, criarmos um mecanismo de enfrentamento da violência e de preservação da vida de jovens, principalmente pobres e pretos da nossa cidade.

Nós precisamos tratar esse debate como prioridade, sem desrespeitar nenhum outro tema que esta Casa possa estar debatendo, deputado Hilton. Semana passada, aliás, ontem, quando V. Ex.^a se manifestou, falou do PLC dos defensores públicos. Ainda ontem, nós conversamos! Conversei com a presidenta da Associação dos Defensores Públicos, como também com a defensora-geral Firmiane, no sentido de encontrarmos um caminho, pactuado com o Executivo, para que esse projeto possa tramitar – tirando as arestas que possam ter – e ser votado para que possamos dar esse instrumento à Defensoria Pública, que é de uma importância fenomenal na defesa dos interesses coletivos de uma sociedade como a nossa, com pobres que precisam dos serviços, deputado Zé Raimundo, da Defensoria Pública. Nós precisamos cuidar dessa instituição da mesma maneira que cuidamos das diversas outras similares no estado da Bahia.

Então, esse é um debate que nós precisamos fazer nesta Casa, de forma madura, com respeito a todos aqueles que possam estar aqui, às vezes não atendendo de imediato, mas buscando caminhos para que possamos resolver esses problemas, que são de interesse das diversas categorias dos servidores do estado da Bahia.

Por último, presidente, para encerrar, quero já conclamar todos os deputados e deputadas que estão em seus gabinetes atendendo, no cafezinho ou nos diversos espaços desta Casa Legislativa, para que possamos, rapidamente, depois da manifestação dos parlamentares inscritos, avaliar esses projetos que eu falei e para que possamos votar e cumprir o nosso papel de legislador, mas também de cuidador da vida das pessoas do estado da Bahia.

Muito obrigado, presidente.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Rosemberg Pinto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Horário das Representações Partidárias.

(As galerias se manifestam.)

Concedo a palavra ao nobre deputado Hilton pelo tempo de 2 minutos.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego! Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego!

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, é muito gratificante ver que essa Casa hoje está viva com a participação das servidoras e dos servidores. É isso aí! Essa sinalização não foi minha, não foi sua, não foi dos servidores, mas foi do Dieese, que disse que um acordo de no mínimo 10% é a referência para essa categoria.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É preciso entender que o governo do estado não fechou as portas para a sua dignidade. Então, mais uma vez, é isso aí: Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou a gente não vai ter sossego. Não é só o governador, não. Essa Casa também, não é, pessoal? É isso aí.

Eu queria, Sr. Presidente, ocupar também esta tribuna para dizer que muitas questões do serviço público estão sendo discutidas na Casa. Uma delas é a dos concursados, do pessoal do cadastro de reserva do Departamento de Polícia Técnica. São centenas de servidores que estão à disposição, foram aprovados no concurso público e têm capacidade, hoje, de responderem a um campo que é fundamental para rediscutirmos o problema e recolocarmos a questão da segurança pública, hoje, na Bahia, que é a questão da polícia investigativa. Ou nós teremos...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Às vezes o pessoal acha que o Partido Socialismo e Liberdade não tem contato com os profissionais da área de segurança. Ledo engano! Nós conversamos com os profissionais da área de segurança, sejam os policiais militares, seja a polícia investigativa. Há um consenso de que é possível ter operações vitoriosas. Hoje, o secretário Felipe falou: “Operação policial vitoriosa é aquela que não tem letalidade e, para isso, nós precisamos ter polícia investigativa forte.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, eu queria dar os parabéns para essa categoria que não desistiu da segurança pública de qualidade na Bahia, ...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) que trabalha com a noção de que nós podemos desarticular por cima. Para desarticular por cima o crime, na Bahia e no Brasil todo, você precisa de investigação. Essas batalhas campais só matam o povo! Não adianta nada! É criança morrendo, é idoso morrendo! E o que nós precisamos é de uma polícia investigativa forte e valorizada. Para isso, precisa ter concursado!

Eu queria a solidariedade do pessoal da educação e da saúde, porque nós sabemos a importância da carreira pública hoje.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Se não tem carreira pública, não tem continuidade, não tem qualidade e essa é a barbárie que nós estamos vendo.

Parabéns aos concursados! Nós estamos com a esperança de que, hoje, votemos esse projeto e que saíamos daqui com todas as condições legais para, amanhã, o governo do estado convocar vocês, vocês tomarem posse e ajudarem a segurança pública da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, falará o deputado Ricardo Rodrigues por 8 minutos e a deputada Fátima Nunes por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ricardo Rodrigues por 8 minutos e...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Ou melhor, Raimundinho da JR por 5 minutos.

Parlamentar não identificado: São 13 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Raimundinho da JR por 5 minutos?

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Isso.

Parlamentar não identificado: São 13 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. RICARDO RODRIGUES: Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, quero... Inicialmente, estou vendo ali o cartaz “Piso nacional da enfermagem.” Eu tive a oportunidade de ser prefeito da minha terra por quatro mandatos e eu sempre reconheci o enfermeiro, porque, na pandemia, foi um setor que foi lá salvar vidas humanas. Vocês precisam ser valorizados.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Essa é a minha posição.

E quero, neste momento, usar a fala para parabenizar a minha querida Lapão, Cafu Barreto, que, no dia 9 de maio, completa 39 anos. Eu, que comecei minha vida pública naquela cidade, quero parabenizar o prefeito Márcio Messias por estar fazendo, Vitinho, uma grande administração. Eu terminei meu último mandato e, hoje, sou deputado, por isso agradeço muito os baianos e as baianas. Mas, na minha terra, Sr. Presidente, dos 15 mil eleitores, eu tive 12.180 votos, e foram votados 101 deputados na minha cidade. Então, eu quero, neste momento, parabenizar e ajudar o prefeito. Terminei meu mandato como você, Cafu, com 94,7% de aprovação. E eu estou ajudando o prefeito Márcio Messias a ser melhor do que eu.

Da região, também quero parabenizar o prefeito de João Dourado, Di Cardoso, que está fazendo uma grande festa, a Festa da Cebola, e onde vai acontecer, Cafu, o *Seminário Nacional da Cebola*. Eu, como vice-presidente da Comissão de Agricultura, quero parabenizar o nosso presidente Manuel Rocha pelo excelente mandato naquela comissão. Representarei o nosso presidente nesse encontro nacional do Mercosul que, com certeza, vai ficar na história daquela região, que é produtora de cenoura, de cebola e de beterraba.

Também quero parabenizar o nosso prefeito Orlando, do município de Barro Alto, pela sua grande administração. É o presidente da união dos prefeitos da região e quero dizer que não tem coisa melhor do que você parabenizar e presentear o município de Lapão.

Eu presenteei, Cafu, com uma emenda, junto à Conder, no valor de R\$ 850 mil para fazer a pavimentação em CBUQ na cidade. O nosso prefeito Márcio está deixando toda a cidade pavimentada de CBUQ, pavimentação de cidade grande. A cidade está ficando mais bonita e mais fácil de trafegar. E lá, em Barro Alto, não poderia ser diferente. Eu também destinei uma emenda no valor de R\$ 300 mil, uma ambulância para fortalecer a saúde daquele município, para ajudar no transporte de pacientes. Esse é nosso papel como deputado estadual.

E também não poderia deixar de parabenizar a cidade de Buritirama, que também completa anos no dia 9 de maio. Eu recebi uma lembrança, como deputado estadual, e estou tentando trabalhar para corresponder à confiança e ao reconhecimento dos baianos e das baianas.

Então, nesta tarde de hoje, estou muito feliz em parabenizar essas quatro cidades e dizer que eu tenho andado muito, Raimundinho, por toda a Bahia para conhecer a realidade dos baianos e das baianas. E agora, Cafu, na Comissão de Agricultura, com a sessão itinerante, que nós possamos visitar a Bahia como um todo e conhecer a realidade de cada região.

Essa comissão tem feito um trabalho muito grande e eu quero agradecer a todos os deputados da Comissão de Agricultura e da Comissão de Infraestrutura que estiveram na cidade de Irecê. No ano passado, nós fizemos a sessão itinerante e foram levantadas as questões voltadas para a agricultura daquela região. Depois de 1 ano, voltamos para prestar contas do nosso trabalho, do nosso mandato. Quero dizer que todas as conquistas, hoje, se tornaram realidade.

Esse é o nosso papel, Raimundinho, você que é um grande deputado e está colocando o seu nome à disposição do povo de Dias d'Ávila. Eu tenho certeza de que, se a cidade de Dias d'Ávila tiver você como prefeito daquela terra, vai ganhar muito, porque você é um ser humano do coração grande, tem um trabalho social muito grande por toda a Bahia, e não é diferente na cidade de Dias d'Ávila. Parabéns pelo seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo o tempo partidário anterior, concedo a palavra ao nobre deputado Raimundinho da JR pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, nobres colegas, quero parabenizar os professores e os nobres colegas da unidade de saúde, dizendo que vocês são classes merecedoras de todo o aplauso desta Casa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Tenham certeza de que vocês têm um papel muito importante. Diferentemente de meus professores.... Na cidade onde eu vivo, o prefeito, que devia tomar vergonha na cara, deu R\$ 0,46 de aumento salarial para o professor. Eu acho que ele não tem um pinga de vergonha na cara! E a Câmara dos Vereadores aprovou por unanimidade esse aumento. Isso é um desrespeito à classe dos professores.

Eu quero dizer a vocês que, hoje, esta Casa vai votar sim, apoiando todos vocês, professores do nosso estado da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Porque vejo, mais do que nunca, que vocês são uma classe merecedora e têm todo o respeito da nossa querida Assembleia, porque vejo a grandiosidade que é um professor numa sala de aula. Por isso, o deputado, hoje, vota a favor dos professores do estado da Bahia.

Quero também, Sr. Presidente, falar da minha alegria de estar ao lado do meu amigo Ricardo, que vem fazendo um trabalho belíssimo na cidade de Irecê, de Lapão, por onde anda. Tenho orgulho de você, Ricardo. Hoje, tive a honra de estar ao lado dele e digo que eu ouvi vários comentários. Você também não é diferente, Ricardo! Você tem um coração muito grande, um coração maravilhoso e eu sei que você tem uma carreira muito brilhante nesta Casa. Tenho certeza de que o povo baiano vai ter você como referência nesta Casa.

Hoje, nobres colegas, também participei, logo cedo, da missa na Igreja do Senhor do Bonfim. Quero parabenizar nosso vice-governador Geraldo Júnior por mais uma primavera. Eu tive o prazer de estar ao lado dele, da família dele e de diversos colegas desta Casa que foram parabenizá-lo. Quero desejar toda a felicidade ao nosso vice-governador Geraldinho – carinhoso – e quero desejar tudo de bom na sua vida.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicano/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Samuel Junior: O deputado Leandro de Jesus usará o tempo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Deputado Leandro, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas presentes, os Srs. Deputados, os servidores desta Casa e os professores que aqui se encontram. Todo o meu respeito a vocês.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu quero fazer uma proposta ao líder do Governo, uma proposta séria. Foi dito, aqui, pelo líder do Governo que ele saiu em defesa dos jovens pretos. Foi isso que eu ouvi? Os jovens pretos das nossas periferias, correto?

Participantes das galerias: Foi.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Eu tenho certeza de que aqui há mães, pais, avós, obviamente, de jovens e de crianças, exatamente desse povo preto que ele diz defender, correto?

Participantes das galerias: Correto.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Líder Rosemberg, considerando as suas palavras, eu quero lhe fazer uma proposta, já que diz que se preocupa ou que o governo se preocupa com a nossa juventude preta, com as nossas periferias, com o trabalhador. Vamos dar o que é de direito aos professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Vamos dar o que é de direito aos profissionais da saúde, da enfermagem.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Está feita a proposta. A preocupação não é com o povo trabalhador, com o povo da periferia, com o povo preto? A preocupação não é essa? Essa é a oportunidade de mostrar que não é da boca para fora!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Mas é da boca para fora. O que dói é isso: é que é da boca para fora.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É só a gente ver, é só nós vermos, é só nós observarmos o que está acontecendo, senhoras e senhores, aqui com o nosso estado da Bahia. É só observarmos o que aconteceu ao longo desses anos. Eu vou fazer uma pergunta a vocês: no ano passado, vocês estiveram lutando também por direitos?

Participantes das galerias: Sim!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: No ano passado, no ano retrasado, no governo anterior, no atual governo... Ora, até quando seguiremos acreditando ou levando essas ilusões que são impostas por esse governo? Chega de ilusão, chega de mentiras!

Meus amigos, olhem, eu sou um cara que falo a verdade. Eu não vou mentir para agradar ninguém; eu não vou mentir para ser aplaudido por ninguém. Eu prefiro falar a verdade por mais que ela seja dolorosa, mas, pelo menos, dizendo a verdade nós saberemos como enfrentar as dificuldades. Eu digo, aqui, claramente,

em alto e bom som: enquanto o PT estiver governando o estado da Bahia, infelizmente, o sofrimento não vai acabar!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Infelizmente, é o PT que causa todo esse sofrimento! Não apenas aos professores, mas a todas as categorias de servidores do nosso estado. Eles falam em defender os mais vulneráveis, os mais pobres, mas, senhores da nossa periferia, os jovens estão morrendo, porque estão sendo aliciados pelo tráfico! A culpa é do PT! Isso tem de ser dito.

Estamos caminhando para 20 anos desse governo e eles querem colocar a culpa em quem? Em quem? Daqui a pouco, eles vão querer culpar os professores! Daqui a pouco, eles vão querer culpar os policiais! Porque a culpa nunca é deles, a culpa nunca é deles. Eles nunca assumem a responsabilidade.

Eu ouvi, aqui, no discurso que me antecedeu, o líder falando que existe uma dificuldade de se gerir a Bahia. Ora, se não consegue governar, entrega para quem tem vontade. É uma confissão de culpa, de que não tem capacidade de imprimir uma gestão competente em nosso estado da Bahia. Eu desafio qualquer um! A vida na Bahia, ao longo desses 20 anos, melhorou em quê? Melhorou em quê?

Participantes das galerias: Em nada.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Em nada. Até quando vamos acreditar nessas mentiras? Até quando vamos permitir que esse governo do PT e os seus coligados sigam levando, destruindo nosso presente e criando um futuro tenebroso para nós e para os nossos filhos?

Eu pergunto a todos os senhores que estão aqui: vocês acreditam que desse governo, por mais que vocês venham aqui – vocês estão certos em cobrar – e usem do direito de falar, de negociar, de tentar sentar na mesa, vocês acham que alguma coisa de bom, alguma coisa boa virá para vocês desse governo? Infelizmente, meus amigos, eu tenho de falar a verdade por mais dolorosa que ela seja: não virá.

Estamos vendo essa proposta de 4% de reajuste e ainda parcelado! Nós vimos isso acontecer, no ano passado, e de novo! E eles vão fazer, vão enrolar e vão enrolando. E eu quero fazer, aqui, um alerta a vocês! Eu quero fazer um alerta a vocês: cuidado com quem diz que luta por vocês. Cuidado! Cuidado com quem diz da boca para fora que está lutando por vocês, mas, no fim das contas, estão do mesmo lado.

Eu não estou falando do Parlamento, porque vocês estão acompanhando o Parlamento e sabem quem é quem. Eu estou falando daqueles que dizem representar os senhores. Analisem! Analisem! Porque, muitas vezes, esses que dizem, por exemplo, estarem representando os professores, estão lá no governo. Estão lá! Observem para não serem enganados por aqueles que são responsáveis pelo que vocês estão passando.

A mesma coisa digo aos profissionais de enfermagem: abram o olho. Eu não estou falando isso por questão de ideologia, não. É uma questão de justiça! Porque, independentemente de como vocês pensam ideologicamente, se concordam comigo

100%, 80% ou 50%, a pauta não é essa! A pauta é justiça pelo que vocês trabalham e se doam diariamente por esta Bahia!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Porque ninguém, aqui, neste estado, ou em qualquer lugar vive sem saúde! Aqui, nesta Casa, tem atendimento à saúde. Ninguém vive sem saúde. É impossível ter educação de qualidade se não tivermos professores valorizados, com remuneração decente, recebendo aquilo que é de direito. E chegou ao ponto de vocês estarem novamente lutando para receber os precatórios! Ainda estamos discutindo isso, quando foram surrupiados os juros!

Olha, seria muito fácil chegar, aqui, com o discurso para dividir a sociedade: é preto contra branco; é rico contra pobre; é servidor contra a iniciativa privada. Esse é o discurso deles: dividir a sociedade para conquistar. Dividir para conquistar, só enganando vocês! Esses que vendem esse discurso, que falam na defesa dos pretos, dos pobres, das mulheres, disso e daquilo, só o fazem da boca para fora! Por favor, olhem as ações! Olhem as ações! Eu suplico isso a vocês, porque eu não sei até quando nós poderemos ainda sobreviver nesse estado da Bahia, que já está ali pelas últimas. O estado da Bahia está falido!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E quem destruiu nosso estado foi o PT e a sua turma! Foi o PT e a sua turma!

Mas reitero: independente de quem concorda ou não comigo, nós vamos... Eu seguirei lutando pela valorização do piso nacional da enfermagem para que vocês recebam o que é de direito. Da mesma forma os professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu tenho certeza... Eu tenho certeza de que, nesses próximos anos, as coisas da Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) irão mudar! E nós vamos libertar essa Bahia do PT. Chega de PT, chega de destruição!

Participantes das galerias: Chega!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria, ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, por todo tempo falará a deputada do Litoral ao Sertão Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pelo tempo de 10 minutos, a nobre deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Deputadas, é sempre uma satisfação vir à tribuna desta Casa para falar daquilo que eu acredito e das conquistas sociais que o povo baiano – os homens e as mulheres – alcançou nesses últimos anos do governo do Partido dos Trabalhadores – e das trabalhadoras – com a sua base aliada. Um partido que venceu as primeiras eleições com o nosso ex-governador Jaques Wagner, hoje senador da República, e também com outros partidos que fizeram a composição em 2006.

Eu cheguei junto naquele momento, vinda do Sertão e apoiada pelo Litoral, pelas mulheres, pelos movimentos sociais, pela luta da classe trabalhadora, porque nunca tive padrinho rico, empresário ou alguns políticos tradicionais que me apoiassem.

Muitas vezes ocupei esta Casa para conseguir falar enquanto representante do sindicato e da Pastoral Rural na luta pela terra, na luta pela água. Era difícil entrar aqui, mas, hoje – graças a Deus –, com a democracia que nós conquistamos, as galerias estão sempre cheias para receber aqueles e aquelas que vêm, aqui, participar do momento democrático que esta Casa vive.

Portanto, hoje, mais uma vez, registro a minha satisfação. Quero registrar também, em nome do jovem prefeito da cidade de Fátima, professor Binho, que, em pleno dia de domingo, recebemos o nosso professor e governador da Bahia para fazer brilhantes entregas, as quais vão exatamente na direção de uma Bahia pela paz. Em Fátima, entregamos um complexo educacional com 24 salas de aula, biblioteca, restaurante, auditório para realização de teatros, quadra esportiva, campo society e outros ambientes adequados para a educação.

Mas, também, no momento da entrega da escola, houve aquele diálogo franco e sincero com os professores, com os pais, com os alunos para mostrar para a sociedade da Bahia que construção de escola não é apenas tijolo, é também o conteúdo da formação que lá se desenvolve com a sociedade.

Mas não ficou apenas nessa entrega. Também entregamos uma UBS, o que vai exatamente na direção de cuidar da saúde, e um complexo de segurança pública. Portanto, três ações importantes que vão no caminho do Bahia pela Paz: cuidar da educação, cuidar da saúde e cuidar da segurança pública.

Eu estou falando em relação à cidade de Fátima, que é a minha cidade, que aniversariou no mês de abril e recebe uma gestão brilhante do nosso prefeito professor, mas isso tem sido exemplo em mais de 74 cidades. São poucas as cidades que ainda não receberam aquela escola que é um verdadeiro complexo de educação, porque quem faz educação prepara o cidadão para transformar a sociedade.

Portanto, a gente não se cansa de saudar, de participar e de construir, junto com o governo do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, as grandes mudanças que a nossa Bahia vem alcançando neste momento.

Entendo, meus caros colegas, deputados e deputadas, que muitos e muitas que não carregaram lata d'água na cabeça, que não precisaram acender candeeiro para estudar, que não precisaram pegar caminhão descoberto para chegar à escola talvez não saibam o quanto esta Bahia mudou, o quanto esta Bahia avançou, o quanto o

nosso povo tem de oportunidades para viver uma vida mais tranquila. Talvez por isso escutem aqui, nesta tribuna, palavras que são inverdades ditas por algum par, por algum deputado que faz parte da Oposição.

Mas nós que conhecemos a luta, nós que sabemos cada passo que demos para construir a Bahia da democracia, a Bahia da liberdade, a Bahia da oportunidade, sabemos, como o deputado Ricardo revelou há pouco aqui na tribuna, dos avanços da área onde ele trabalha, onde ele faz política.

Portanto, eu queria, mais uma vez, neste momento, lembrar para todos e para todas que, a cada dia, o nosso governador leva para os baianos mais oportunidades. Vocês não sabem o que significa, o que significava no passado, acordar e não ter água nem no pote, nem na torneira, botar uma lata d'água na cabeça e ir buscá-la.

Mas no governo do PT foram construídas 1,5 milhão de cisternas. No governo do inelegível, no governo que passou, do qual a gente não quer lembrar, todos esses programas foram reduzidos ou a eles não se deu continuidade.

Hoje a gente já pode dizer, com muita satisfação, com muita alegria, que, na semana passada, a gente assinou, eu acompanhei a assinatura do nosso governador, para continuar o programa das cisternas, das cisternas que guardam 16 mil litros de água ao lado da casa, para dar tranquilidade às famílias, principalmente às mulheres, para elas acordarem e terem a água ali, ao lado da sua casa.

Isso é o que significa cuidar de gente, isso é o que significa responsabilidade com o dinheiro público, por isso estamos aqui, neste momento, para dizer que nenhum dos baianos ou nenhuma das baianas deixa de ver essas oportunidades. Se forem contra, se quiserem falar contra, é porque faz parte do processo da democracia, cada qual tem o seu lado, mas nós defendemos aquilo que é melhor para a sociedade e sabemos o quanto vale cada conquista para melhorar a vida das pessoas.

Recentemente, o nosso governador, vocês sabem disso... ainda ontem mesmo, aconteceu a entrega de 63 ambulâncias em municípios do interior, cada deputado aqui, independentemente de ser da Oposição ou da Situação, escolheu o seu município, foi lá e fez a entrega. Quando se entrega uma ambulância, significa fortalecer a rede do SUS, significa fortalecer o sistema de saúde para que as pessoas acometidas por qualquer doença e que precisem ser transportadas para outra cidade possam ir com conforto.

Nós sabemos também o quanto melhorou o atendimento na saúde em nossas regiões. Antes de eu vir aqui, a este Plenário, porque não estava com o mandato, lá na nossa região, Ribeira do Pombal, não tinha... não tinha sequer uma UTI no hospital regional, hoje temos 16 leitos de UTI adulto e 16 leitos de UTI pediátrica.

Qualquer pessoa que precisasse, naquela época, tinha de vir sob risco, se batendo, para ver se chegava aqui em Salvador e conseguia qualquer oportunidade de ser recebida em um hospital, deputado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) presidente Zé Raimundo, eu tenho certeza, porque muito barulho já fiz também nessas galerias, portanto, barulho não me intimida... às vezes, eu sinto

tristeza de ver pessoas aplaudindo quem é contra elas, mas é da vida, é da democracia, a gente sabe quem aqui votou no inelegível...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que acabou com todos os programas sociais. E a gente vê essa mistura de quem é da luta votando em quem é contra a luta. Mas faz parte da vida.

Muito obrigada. Vamos à vitória!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Por 8 minutos, vai fazer uso da palavra o deputado Rosemberg, que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não entendi, repita, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Eu vou falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O tempo do PP será utilizado por V. Ex.^a então, concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 9 minutos, 9 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu subo à tribuna para conclamar todos os deputados e deputadas a votarem, daqui a pouquinho, os projetos sobre os quais, em tese, nós estamos dialogando, em trâmite aqui na Casa, o projeto do DPT e o projeto dos precatórios.

Com relação aos projetos, queria, inclusive, pedir aos servidores e servidoras... porque, no entendimento que tive hoje com os servidores, não foi feito nenhum questionamento com relação aos precatórios. Estavam todos reunidos comigo, e não houve nenhum questionamento com relação aos precatórios.

Houve uma discussão em relação ao reajuste, mas, em relação aos precatórios, é necessário que agilizemos a votação, uma vez que há uma reivindicação. Eu recebo, todos os dias, manifestações de professores e professoras no interior do estado para que os precatórios sejam votados. O projeto chegou, e nós queremos... Parece-me que agora se gerou, deputado Alan, uma divergência lá fora quando as próprias galerias pedem para votar o projeto dos precatórios.

Então, nós queremos votar. Eu queria, deputado Alan, chamar essa responsabilidade para que possamos atender aos pleitos do Departamento de Polícia Técnica (palmas) e dos professores com relação aos precatórios, que possamos votá-los.

Na próxima semana, nós debateríamos e votaríamos o projeto do reajuste porque teríamos um tempo maior para dialogar com os servidores. Então quero chamar essa responsabilidade porque, na reunião que todos os servidores tiveram comigo, o questionamento não se deu com relação aos precatórios, algo que é

apenas a repetição daquilo que nós votamos no último trimestre aqui, a segunda parcela. Agora é apenas a terceira parcela dos precatórios.

Deputado Zé Raimundo, eu quero dizer da minha alegria de poder ver a deputada Fátima Nunes, uma mulher que tem quatro mandatos de deputada, colocar aqui uma posição. E a gente precisa respeitar as posições dos parlamentares, a divergência é natural. A divergência é natural, mas é preciso que a gente construa um respeito às diversas opiniões para que a gente não transforme isso aqui em um espaço de tritura às pessoas que pensam diferente.

Eu ouvi aqui opiniões das quais discordo. Aqui eu ouvi a opinião do deputado Diego, ouvi a opinião do deputado Leandro de Jesus, mas são as suas opiniões, não é a minha. O que eu preciso é contrapor e colocar minha posição sobre o tema, e não efetivamente desrespeitar, pelas pessoas que visitam a Casa, a fala da deputada, que merece, de todos nós, o respeito grande pelo trabalho e pelo cuidado que ela tem com as pessoas que mais precisam.

E é verdade o que ela diz. Às vezes, é difícil a gente entender quando é aplaudido alguém que está em posição contrária aos interesses daqueles que nos visitam. E aqueles que estão exatamente em posição de ligação com uma tese, por vezes, a colocam aqui dessa maneira adversa como foi feita com a deputada Fátima.

Então, Fátima, minha solidariedade, solidariedade de toda a nossa bancada. Você é uma mulher respeitada, trabalhadora, que cuida das pessoas, principalmente das pessoas mais carentes, e tem o respeito dos 80 mil eleitores que teve na última eleição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Rosemberg.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade...

(As galerias se manifestam.)

(...) para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Alan Sanches vai utilizar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por 9 minutos, falará o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas...

(As galerias se manifestam.)

(...) já estava faltando esse clima mais quente e fervoroso aqui na Casa. Neste ano, eu acho que esta é a primeira sessão em que a gente tem esses embates aqui. Que eles possam ajudar vocês.

Nós, da Oposição, fomos procurados por uma comissão dos que estão no cadastro de reserva na semana passada...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) Hoje tivemos também a surpresa de que o projeto tinha sido encaminhado, e, por meio de acordo entre as duas lideranças – o deputado

Rosemberg, eu e toda a nossa bancada de deputados da Oposição –, nós concordamos que faríamos, sim, o acordo para que ele seja votado e seja dado andamento à convocação desse cadastro de reserva com aqueles que já passaram no concurso, também para que possamos fazer a nossa contribuição enquanto deputado aqui.

Se veio para esta Casa e vocês dependem disso, nós, tanto o deputado Rosemberg, com a sua bancada, como eu, com a nossa bancada, estamos de acordo para votar esse projeto hoje. Será o primeiro projeto a ser votado de comum acordo entre as duas bancadas, entre as duas lideranças.

Sobre um outro projeto pelo qual nós fomos procurados aqui, inclusive pela Aceb, recebemos também um documento que foi entregue no gabinete. Eu, na verdade, não vi esse documento, porém, se o coordenador-geral da APLB disse que entregou, então, está no gabinete. Mas eu não tive acesso a esse documento que falava contra, digamos assim, a votação dos precatórios.

Todos vocês que nos acompanham sabem e têm conhecimento da minha luta na votação da segunda parcela, o projeto passado, para que fossem pagos os juros, mora, tudo que eu acho, que eu entendo, que é direito de vocês. Nós fomos vencidos, a Oposição foi vencida, a Bancada do Governo conseguiu aprovar esse projeto, e vocês judicializaram para que recebam os juros, e eu acho que, no final, vocês vão receber porque é direito de vocês.

Sendo assim, tanto eu como o deputado Rosemberg, como a bancada de deputados... Eu chamei agora as pessoas que estavam aqui, os representantes da Aceb, tinha outros aqui, e da APLB para que a gente pudesse ouvir todos.

Dessa forma, também conversei com a deputada Olívia, que disse que, por duas vezes, na Comissão de Educação, foi tratado sobre esse assunto, e ficou acordado, ficou entendido que a melhor forma era votar os precatórios. E, da mesma forma que foram a primeira e a segunda votação, vocês teriam a possibilidade de judicializá-la.

O que me convence nesse discurso é que chegam informações para os deputados aqui, falo pela Oposição, de que existem várias pessoas que precisam, que precisam desse recurso do precatório, que já está no bolso do governador e agora foi encaminhado por ele. Significa que, no final do mês, ele já poderá fazer o pagamento efetivo dos precatórios, ajudando todos vocês que têm direito a eles.

Com relação aos juros, esse é o meu entendimento, e olha que eu fui um defensor vigoroso para que vocês os recebessem, mas fomos vencidos, então, às vezes, temos de dar um passo atrás para conseguirmos dar dois à frente. A nossa bancada foi convencida de que nós devemos votar pelas reuniões que ocorreram na Comissão de Educação e pela Aceb, que nos procurou, nós devemos votar, e o encaminhamento será para que votemos, sim, pelos precatórios.

Então, hoje, acordado com o deputado Rosemberg e com a minha bancada de deputados da Oposição, nós votaremos... para deixar claro o acordo, não estou tomando...V. Ex.^a sabe disso, mas foi o acordo de lideranças e bancadas, e

passamos isso para V. Ex.^a, presidente Zé Raimundo, que seriam votados esses dois projetos, o do DPT e o dos precatórios.

O terceiro projeto é o do programa Bahia pela Paz porque nós acordamos aqui, em Plenário, que faremos a inversão da pauta. Tem que ficar claro, invertemos a pauta para que possa ser votado o terceiro projeto, o Bahia pela Paz, que era o primeiro e estava travando a pauta. E nós já estamos avisando que pediremos vista desse projeto, e, a depender da mobilização do deputado Rosemberg e do Governo, ele será votado na segunda ou terça, aí não depende de mim, depende do quórum do deputado Rosemberg.

Então, para finalizar, eu queria dizer que nós, da Bancada da Oposição, estamos apenas aguardando, deputado Hilton Coelho, você que é um defensor também dessa causa, o quórum de 31 deputados da Bancada do Governo. Tendo 31, o 32º é da Bancada da Oposição.

Obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Parabéns, deputado Alan Sanches, V. Ex.^a foi de uma clareza meridiana. Então nós votaremos dois projetos, vamos aguardar naturalmente o debate, está muito claro, parabéns pelo esclarecimento que a Mesa faria, mas V. Ex.^a já deu o tom.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Votaremos dois projetos por acordo, o terceiro projeto, com a inversão de pauta, seria o do Bahia pela Paz, e V. Ex.^a, em nome da Minoria, pedirá vista. É isso, líder Rosemberg?

Mas continuando ainda os tempos partidários...

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, nobre deputado Samuel?

O Sr. Samuel Junior: É o tempo do União agora.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo, portanto, a ordem da sessão, eu concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, falará, por 7 minutos, o deputado Jurailton e, pelo restante do tempo, mais 7 minutos, o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, 7 minutos para o deputado Jurailton e 7 minutos para o deputado Leandro.

Com a palavra o deputado Jurailton pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Sr. Presidente, boa tarde, caros colegas deputados e deputadas e amigos da imprensa, quero, primeiro, deputado Samuel Junior, colega do meu partido querido, parabenizar o deputado federal Márcio

Marinho porque, nesse final de semana, deputado Pancadinha, realizou o 1º *Encontro das Mulheres Republicanas*, no Hotel Fiesta, e foi um sucesso.

Recebemos pré-candidatos de vários municípios aqui em Salvador, tivemos a presença da senadora Damares, de vários deputados que também compõem o Republicanos, e eu quero, desde já, parabenizar o nosso partido, o presidente do nosso partido, o deputado federal Márcio Marinho.

Quero aqui também me engajar nessa empreitada dos aposentados, dos professores porque hoje tive uma conversa com a deputada Olívia na Comissão de Educação, da qual eu faço parte como membro titular. Na última reunião que nós tivemos, discutimos, debatemos, que tinha que se chegar a um denominador comum porque é direito dos professores, dos aposentados que eles tenham acesso ao que já está nos cofres do governo do estado.

E eu me solidarizo aqui com todos os professores e me coloco à disposição, deputado Alan Sanches, deputado Rosemberg, os líderes, para que, definitivamente, seja hoje batido o martelo, e se possa acabar, Rosemberg, com essa luta dos aposentados, dos professores. (Palmas)

Hoje eu tive uma conversa e, numa fala com uma senhora, soube que uma professora morreu de câncer porque ela não tinha o recurso para poder custear os medicamentos, e tendo um valor a receber.

Então, todos os aposentados e professores, contem com o deputado Jurailton Santos. Eu tenho certeza de que hoje acaba esse lamento de toda terça-feira estarmos na Comissão de Educação debatendo e discutindo.

Quero também aqui, deputado Arimateia, deputado Rosemberg Pinto e os demais colegas, Kátia, que não está aqui, da bancada evangélica... Eu, como presidente da Frente Parlamentar Evangélica, não poderia deixar de me pronunciar, Leandro de Jesus, diante da notícia que recebi de que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) recomendou a proibição, Rosemberg, meu caro colega Rosemberg, a proibição da evangelização dentro dos presídios.

Quando um evangélico vai até o presídio, ele não vai até o presídio, deputado Alan, para converter o preso, ele não vai lá para falar para o preso assim: “Olha, você tem que se converter ao evangelho, você tem que passar a ser crente”. Ele vai lá para dar uma palavra de vida, para dar um conforto espiritual àquele apenado que está lá.

Muitas vezes, deputado Alan, o familiar não vai, ele só escuta palavras negativas, palavras de que a vida dele não tem mais jeito, que ele é um caso perdido, que ele não tem outra opção a não ser ficar ali dentro preso, que quando ele sair dali vai ser aquela vida que ele está vivendo.

Quando o evangélico vai levar uma palavra, ele não vai lá para falar assim: “Olha, você tem que se converter ao evangelho”. Muito pelo contrário, ele vai até o presídio, ele dá uma palavra de vida, uma palavra que levanta, uma palavra que ergue, uma palavra que, quando aquele apenado sai da penitenciária, quando já concluiu, pagou a pena dele, deputada Ludmilla, leva esse apenado a sair de lá com outro pensamento.

Por conta da palavra que ouviu e que fica no seu subconsciente, ele fica lembrando da mensagem de que ele tem jeito, de que ele pode ser, sim, um cidadão de bem, de que ele pode, sim, ter uma outra vida, de que ele pode ter, sim, uma família, de que ele pode ser um cidadão, Ludmilla, de que ele vai ter respeito diante da sociedade.

Então, quando eu chego aqui e recebo uma notícia dessa, de que há uma recomendação da proibição da evangelização dentro dos presídios, isso é um absurdo! Isso é um absurdo porque o que os evangélicos fazem pela sociedade, Ludmilla, é algo marcante na vida de muitos.

Quantos são os que não tinham mais perspectivas, deputado Hilton Coelho, esperança nenhuma de sair dali – “O que é que vou fazer da minha vida? Eu não tenho... minha família me despreza, minha família não me quer mais!” –, mas ouvem a palavra de um evangélico, de um pastor dizer assim: “Olha, o seu caso tem jeito, você pode ser, sim, um cidadão de bem.”

Então, fica aqui o repúdio, o meu repúdio, da Frente Parlamentar Evangélica, da qual eu sou presidente nesta Casa, deputado Samuel Junior, e nós não podemos ficar calados. Eu, enquanto presidente da bancada, da Frente Parlamentar Evangélica, líder da bancada evangélica desta Casa, eu sou contra, eu não sou a favor dessa recomendação.

Muito obrigado, presidente, pela minha fala.

Professores, contem comigo, está certo? Os aprovados do DPT também, contem com o deputado Jurailton Santos.

Um abraço a todos, obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra agora, por 7 minutos, o deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Bem, subo novamente a esta tribuna porque é importante a gente trazer esclarecimentos sobre o que, de fato, acontece na Bahia. A minha colega deputada subiu aqui e relatou que, na Bahia, segundo ela, muitas coisas mudaram. Na descrição que a colega traz, eu, realmente, caminhando por esta Bahia como um todo, a não ser que a realidade que ela esteja vivendo seja completamente diferente da que a gente consegue perceber, não consigo enxergar esse paraíso que ela descreve.

Eu também sou filho de pais pobres, nasci e cresci na periferia de Salvador, no bairro Beiru/Tancredo Neves, hoje assolado pela violência promovida ou, parece, incentivada por este governo. Eu sei o que é estar com o pé no chão, o pé no barro, eu também sei o que é não ter um chinelo para calçar, eu sei o que é ter que descer uma ladeira até uma fontezinha lá no meu bairro para poder carregar água. Eu sei de tudo isso, mas eu não vou utilizar esses fatos como meio de enganar as pessoas. Não vou.

Nós temos que reconhecer a realidade que enfrentamos em nosso estado da Bahia e dar nomes aos culpados para que a situação seja enfrentada, porque, da descrição que ouvimos aqui por parte daqueles que estão ligados ao governo, parece que vivemos numa situação quase paradisíaca.

Parece que a fila da regulação funciona perfeitamente. Parece que, na Bahia, podemos sair em qualquer horário às ruas porque não existe violência. Parece que, na Bahia, não existe fome, sede. Então, é uma completa contradição, líder Rosenberg.

Eu convido... E aí fica... fica o convite real: se vocês acreditam tanto nisso, vamos montar uma caravana, vamos bater na porta do povo, das UPAs, dos hospitais e vamos perguntar se está bom. Vamos perguntar ao povo, vamos ouvir aqueles que nos deram a confiança do voto, não apenas os meus eleitores, mas os seus eleitores.

Vamos perguntar se está boa a Bahia. Vamos perguntar se a fila da regulação traz segurança para aquele que está lutando pela vida. Vamos perguntar aos professores que estão aqui, aos enfermeiros, se a situação da família deles está boa no que se refere às suas remunerações. Vamos perguntar ao povo!

Vamos mergulhar nas periferias da nossa capital, por exemplo, e perguntar se a pessoa, se aquele pai, se aquela mãe se sente segura para ir em busca de um emprego para sustentar os seus filhos.

Então, vir aqui com o discurso, contando a história da própria vida – não que eu esteja dizendo que é mentira – para tentar sensibilizar as pessoas e vender uma mentira, isso a gente não pode aceitar. Não podemos aceitar isso!

E dizer, aqui, a vocês que estão aí que estão aplaudindo a quem está do lado contrário. Ora, vamos lá! Até então, o que nós vimos, desde o ano passado e neste ano, é que aqueles que estão ao lado do governo sempre têm-se posicionado em prejuízo dos servidores. Prove-me o contrário, prove-me o contrário! Reajuste, pífio. Os precatórios, passaram a mão nos juros. Planserv, que vocês reclamam, eu sou autor de um requerimento para a gente criar a CPI do Planserv. Cobrem aqui à Base do Governo para assinar a CPI do Planserv! Está aí!

Eles reclamam como se vocês estivessem aplaudindo àqueles que são contra vocês. Eu não sou contra ninguém aqui. No ano passado, eu fui até vaiado. Eu não me esqueço. Mas eu nunca, nunca vou agir contra quem quer que seja, desde que eu esteja a favor da justiça. Pode até me vaiar, mas se eu estiver defendendo o direito de vocês, aquilo que é correto, que é justo, mesmo sendo vaiado, eu seguirei defendendo. Seguirei defendendo, porque é uma questão de consciência. E a minha consciência não vai mudar por qualquer ação ou conduta que seja de quem quer que seja. Eu prefiro estar ao lado da verdade, estar com a minha consciência tranquila.

Então, é importante trazer esse esclarecimento porque se, hoje, a Bahia passa por essa situação tão difícil para os servidores, para todos aqueles que tanto precisam, para os vulneráveis, para as mulheres, para o nosso povo da periferia; se, hoje, nós vivemos esse caos em que o povo está sendo massacrado... E eu tenho rodado por esta Bahia, é hospital fechado, é salário atrasado, são promessas

mentirosas, o povo sofrendo, desiludido, passando fome. A Bahia, o povo baiano está sofrendo com a fome, por não ter o que comer. Esta é a realidade que se tem que demonstrar. E a gente só vai sentir isso... A gente só sente isso quando a gente vai lá e anda junto.

É muito fácil... Muitas vezes alguns vêm aqui para falar de ilusões, mas nunca pisaram os pés, por exemplo, numa periferia para sentir a dor de quem está passando fome de verdade. Não é ir lá para poder fazer discursinho, para tirar foto, mas sentir. É preciso sentir a dor do outro para que a gente possa lutar por seus direitos.

O mero discurso para permanecer no poder é muito fácil. Eu poderia estar fazendo isso aqui se eu estivesse apenas preocupado em manter o mandato, mas eu não vou fazer.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Como eu disse, pode ser um mandato só, mas vai ser defendendo aquilo em que eu acredito. E uma coisa é inegável: se, hoje, nós podemos falar de piso salarial para algumas categorias, por exemplo, a gente não pode esquecer quem foi aquele que concedeu...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Ainda tenho tempo, presidente. A não ser que V. Ex.^a queira cortar o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Mas estou no meu tempo, ainda não acabou, não se encerrou, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, exatamente.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Mas, aí, quando encerrar V. Ex.^a vai ter que devolver meu tempo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

V. Ex.^a atrapalhou o meu tempo agora, porque ainda estava no meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pode concluir, pode concluir.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Não podemos esquecer aquele que é o responsável, inclusive, pelo reajuste de servidores, de categorias, como algumas que aqui estão representadas. E o nome é Jair Messias Bolsonaro.

Gostem ou não, essa é a verdade.

(As galerias se manifestam com vaías.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, gostaria de que V. Ex.^a verificasse o quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu queria aproveitar para convidar os deputados e deputadas para que se fizessem presentes, uma vez que o deputado Samuel Junior – que encontrei em Ilhéus, nesse final de semana, fazendo duas caminhadas, uma em oração e outra na política – fez uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da sessão.

Então, eu queria pedir a todos os parlamentares que se fizessem presentes para que a gente possa atender a essa solicitação do deputado Samuel. E, Samuel, nós prometemos votar os projetos do DPT e dos precatórios. Então, é prudente mesmo que V. Ex.^a chame os parlamentares para cá para que a gente possa cumprir com o compromisso que nós fizemos com as duas categorias.

Então, presidente, marque os 15 minutos para atender à solicitação do deputado Samuel.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, Srs. Deputados.

Eu solicito à técnica que, por favor, zere o painel e marque os 15 minutos.

E convoco os Srs. Deputados, as Sr.^{as} Deputadas para que compareçam ao Plenário, porque há uma questão de ordem solicitando a verificação do quórum para a continuidade da sessão. Por favor, tempo de 15 minutos. (Pausa) Não foi acionado ainda. Zerem o painel, por favor. (Pausa)

O Sr. Samuel Junior: O tempo, Sr. Presidente. Houve algum problema na técnica.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Isso é o que eu estou observando. O que é que houve aí? Algum *hacker* apareceu aí? Não. Tudo o.k..

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Srs. Deputados, há uma questão de ordem levantada pelo nobre deputado Samuel Junior e pelo deputado Rosemberg Pinto. Serão necessários 19... são necessários 21 registros de presença para que a sessão possa continuar.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Recuperado o quórum da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar o orador ou oradores pelo tempo de até 23 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, falarão a deputada Olívia Santana, o deputado Marcelino Galo e o deputado Robinson Almeida por, respectivamente, 8 minutos, 8 minutos e 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputada Olívia Santana, pelo tempo de 8 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero também saudar os professores e o pessoal da polícia técnica, que estão...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) todos aqui, também, no Plenário desta Casa, e dizer que esta é uma sessão esperada por todas e todos aqui, que têm a expectativa de soluções.

Nós passamos, hoje, o dia inteiro envolvidos e envolvidas com essa pauta do funcionalismo público, Sr. Presidente. Inclusive, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público recebeu uma representação muito grande de professoras e professores ligados à APLB-Sindicato, à Aceb, que toda terça-feira participa da nossa reunião.

Mas hoje foi um dia atípico. O movimento sindical veio em peso para a Assembleia Legislativa da Bahia. Tivemos também o pessoal da Sefaz, da CTB, da CUT, enfim, das diversas representações.

O debate se deu exatamente em torno da pauta das negociações salariais. Essa questão dos precatórios foi discutida não somente hoje, mas também na própria terça-feira passada, com professoras e professores aposentados, principalmente, mas não somente, e com diversos segmentos da Aceb e também da APLB, gente que fez uso da palavra para pedir que se resolva logo a matéria dos precatórios, entendendo...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) que esse dinheiro já chegou desde o dia 27 de março. Portanto, já está na conta do governo e precisa ir para as contas dos professores e professoras.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Por isso, é tão importante votar essa matéria no dia de hoje por acordo, resolver logo isso.

E a matéria referente ao salário, às negociações salariais, pode e deve ter mais tempo, para que o diálogo possa continuar acontecendo até que se chegue a uma situação de melhoria da posição aqui apresentada pelo próprio governo.

Eu quero destacar que a nossa comissão tem feito todo o esforço na tentativa de ajudar a mediar o diálogo, de receber com respeito a categoria nesta Casa, porque se a Assembleia é a Casa do Povo tem de ter abertura para ouvir o povo, ouvir a partir das suas representações.

Então, nesse sentido, eu também quero dizer, ratificar que o projeto que está aqui é aquele projeto que prevê não só a liberação dos precatórios, mas também os 30% de abono. E já há uma série de professores perguntando por esse abono.

Essa questão, presidente, líder do Governo, líder da Oposição, é uma questão da qual nós precisamos buscar, deputado Marcelino Galo, uma pactuação de agenda, porque quando a gente tem uma agenda de negociação em que o governo senta, que o movimento sindical senta e faz-se a negociação paulatinamente a gente evita essas demandas represadas, que estouram tudo de uma vez só.

Mesa de negociação sempre foi referência no movimento sindical, e um dos pleitos do movimento, hoje, na reunião da Comissão de Educação foi no sentido, deputada Fátima, de que o governo, a Serin e a própria Secretaria da Educação abram uma mesa de negociação para discutir a reestruturação da carreira dos professores,...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) que é uma pauta que precisa ser atualizada.

Nós precisamos discutir, ver o que é possível, sentarem respeitosamente o governo e o movimento sindical e fazerem o debate, deixar o debate acontecer e as propostas se apresentarem de parte a parte para a gente sair desse lugar em que a mesa de negociação não se instala, não se estabelece e tudo acaba vindo parar aqui, na Assembleia.

A Assembleia tem de estar sempre aberta, mas a gente pode dar um passo maior, que é garantir a instalação urgente, emergente dessa mesa de negociação para a reestruturação e atualização da carreira docente, o que é fundamental para a gente poder avançar na qualidade das negociações, que não são só sobre salário. É salário, mas é também o achatamento da tabela, que precisa de ser tratado, e a garantia dessa reestruturação, que é pauta sempre secundarizada e precisa ser valorizada como um dos pontos principais.

Então, é isso. Saudar e parabenizar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação nesta Casa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pelo tempo de 8 minutos, o deputado Marcelino Galo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente em exercício, deputado Zé Raimundo, nobres deputadas desta Casa, nobres deputados, companheiras e companheiros professores que se encontram nas galerias, exercendo a sua cidadania, a sua luta para avançar em direitos, para consolidar direitos, e a polícia técnica, sejam bem-vindos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É muito bom ocupar esta Casa. Aqui é a Casa do exercício das diferenças, da democracia, e é a Casa do Povo deste estado. Mas, aqui, eu queria registrar um acontecimento histórico que é digno de avanço, um avanço civilizatório, aqui, no nosso estado. Hoje, as polícias, ou seja, quatro corporações, aquelas das mais importantes no exercício da segurança pública... E nós devemos encarar a segurança pública como um direito humano fundamental, o direito de ir e vir com tranquilidade, o direito de garantir o seu patrimônio. Então, a partir de hoje, neste estado, está instalado o uso de câmeras corporais pelos profissionais da polícia,

profissionais da segurança pública. E isso não é só importante para a gente garantir o direito daqueles que são abordados pela polícia, mas também para garantir o exercício profissional dos nossos policiais, que agora terão mais tranquilidade para dirimir dúvidas.

Então, está provado que aqueles estados que já implantaram esse sistema de transparência conseguiram diminuir em muito a letalidade. O centro da segurança pública que, hoje, deve ser a nossa prioridade é, justamente, a luta para garantir a vida daqueles que andam... a vida dos policiais. Ou seja, esse equipamento, com certeza, vai diminuir – e muito – a letalidade em nosso estado, letalidade que venha de qualquer lado, porque o policial também está sujeito a ela e tem uma condição de estresse permanente pela condição da violência, violência que não é só para ser resolvida com polícia.

Nós sabemos que a segurança pública, de fato, vai avançar quando os serviços públicos estiverem chegando à sociedade, principalmente às comunidades mais pobres, que precisam ter equipamentos de qualidade: chegar escola, chegar a coleta de lixo, chegar uma coisa que parece tão simples, ruas iluminadas, que faz os índices de violência decrescerem.

Então, esse conjunto de investimentos, com certeza, será levado em conta. Daí virá a Bahia sem violência, a Bahia que nós desejamos que seja, aquela em que a gente aumente a qualidade de vida, melhore a qualidade de vida do nosso povo. Sabemos que sem resolver também a questão do desemprego não poderemos avançar na qualidade de vida.

Sobre a educação, aqui temos professores que nós sabemos o papel que têm, pela sua autoridade, pela forma de exercer e pelo contato cotidiano e direto com a nossa população e com os nossos jovens mais pobres. Então, a educação é um instrumento fundamental.

Nós também não podemos esquecer, agora, o papel que os nossos agentes públicos da segurança têm. Esses policiais, no seu exercício diário, ao contato com a população, a população também vê que são cidadãos que merecem respeito e também respeita a polícia. Os nossos baianos e baianas veem a polícia como uma autoridade,...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) como um cidadão, um agente público em um exercício fundamental. Então, nós temos que avançar!

Hoje, neste dia histórico, o nosso estado avança na consolidação de direitos, no aprofundamento da democracia. Mas para isso se realizar plenamente nós temos que garantir a dignidade da vida. A justiça vem com a igualdade. Então, não podemos permitir, em pleno século XXI, uma sociedade com a concentração de renda tão desigual, tão brutal. Isso é preciso levar em conta.

Agradeço a todos vocês pelas presenças e vamos seguir também para que, hoje, saíamos todos vitoriosos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Vitoriosos! Vocês garantindo os seus direitos, e esta Casa representando, de fato, o que tem que fazer: lutar para dar melhores condições de vida ao povo da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marcelino Galo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pelos 7 minutos restantes, o nobre deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais da imprensa e pessoas que ocupam as galerias. Uma saudação especial às entidades sindicais da educação, a Aceb que está, aqui, participando desta sessão.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Vejo também aqui os concursados do DPT, que buscam a colocação.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero começar, Sr. Presidente, manifestando a minha solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul acometido por uma emergência climática, a pior catástrofe ambiental da história daquele estado. Mais de cem pessoas perderam as vidas; outras centenas continuam desaparecidas. O volume de chuvas previsto para 5 meses precipitou-se em 15 dias sobre o estado. Vários municípios decretaram estado de calamidade pública.

Na capital, Porto Alegre, o Rio Guaíba ocupou toda a margem da sua relação direta com a cidade e isso tem provocado muita dor, muito sofrimento, perdas econômicas, perdas humanas. Realmente, é uma situação em que se precisa da solidariedade de todo o povo brasileiro e do povo baiano.

Quero parabenizar o presidente Lula pela iniciativa de ir ao estado duas vezes, fazer reuniões com seus ministros, com o governador, com toda a estrutura administrativa, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional também, que já, na tarde de hoje, aprovou as condições para se materializar o apoio ao povo do Rio Grande do Sul. E nós vamos ser sempre solidários porque lá estão brasileiros e brasileiras que estão passando por uma situação de sofrimento e precisam do nosso apoio, da nossa solidariedade.

Quero registrar, Sr. Presidente, que hoje, pela manhã, nós fizemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Pablo Roberto, para debater o programa Bahia pela Paz. Essa audiência pública contou com as presenças de três secretários de estado: o secretário Felipe, da Justiça e Direitos Humanos; o secretário Marcelo Werner, da Segurança Pública; e a secretária Ângela Guimarães, secretária de Promoção da Igualdade Racial. Também estiveram presentes o Ministério Público federal, o Ministério Público estadual, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, a Ouvidoria da Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça e diversas entidades da sociedade civil.

Fizemos um rico debate a partir de uma apresentação do programa pelo governo. E desse debate saíram algumas sugestões importantes. A primeira é que esse tema da segurança pública tem de ser um tema nacionalizado, que o Brasil precisa atualizar sua política de segurança pública, no sentido de entender que o disposto na Carta Magna em 1988 se coloca defasado, extemporâneo, não atende às realidades dos dias atuais, especialmente em relação às responsabilidades. Lá o constituinte atribuiu aos estados e aos municípios as responsabilidades centrais com a política de segurança pública. Agora, nós estamos vendo que a violência está muito associada ao tráfico e ao consumo de drogas. E isso é feito por organizações nacionais e internacionais.

Ou o Brasil atualiza a sua política criando um sistema único de segurança pública efetivo, com a participação da União, do governo federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, ou nós não teremos como enfrentar um problema que é nacional apenas com políticas locais.

Esse é que é o desafio principal: nacionalizar a política de segurança e fazer com que uma nova legislação possa apresentar as soluções para o financiamento, com a criação de um fundo para a segurança pública, com o compromisso e a liderança institucional do governo federal para coordenar as ações; criar um plano nacional de redução da violência e redução dos homicídios; criar um ambiente em que a inteligência possa ser usada e compartilhada pelas várias secretarias de segurança pública nos estados, para que a gente possa enfrentar esse que é o desafio do milênio, o desafio das demandas das violências urbana e rural. Infelizmente, a gente não encontra um parâmetro a ser seguido, uma experiência vitoriosa, um *case* de sucesso em nenhum estado do Brasil, em nenhum município brasileiro.

Então, esse tema tem que despertar mais pessoas, nós temos que encontrar soluções.

E eu quero parabenizar o governo por ter mandado esse projeto. Faço, inclusive, um apelo à Oposição, que convirja para a aprovação dessa matéria, porque houve debate público, houve espaço para a apresentação de sugestões e opiniões. Foi informado um financiamento previsto de R\$ 200 milhões para o Bahia pela Paz. E essas medidas são importantes para a gente dotar o estado de um instrumento mais efetivo para implementar a política pública de segurança.

Quero, também, aqui, declarar o meu apoio à matéria dos precatórios do Fundef.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Espero que seja votado no dia de hoje, porque é uma questão de justiça com todos os professores e funcionários da educação. E que a gente possa avançar nessa pauta, dando a todos a tranquilidade de que o que têm de direito vá para os seus contracheques, para as suas contas correntes, o que irá aliviar a pressão financeira, especialmente, que tem atingido todos os aposentados.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Porque eu sou abordado... Inclusive, quero, aqui, justificar que eu não estive na Comissão de Educação, hoje, porque presidia essa audiência pública. Mas me

encontrei com as lideranças, e destaco Marinalva, que me pediu o apoio e o empenho nosso para votar a matéria na tarde de hoje. E tem o nosso compromisso.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: São requerimentos ali... Quero aproveitar, presidente, enquanto estão chegando aí, para me desculpar publicamente e parabenizar o querido deputado Vitor Azevedo, que fez aniversário no sábado. Ele marcou um encontro com os amigos para o domingo e eu acabei não podendo estar presente.

Vitor, eu estou lhe devendo. E vou marcar, aqui, uma carne do sol com os seus amigos deputados aqui e os amigos de Itororó para que a gente possa...

Participantes das galerias: Nós também queremos!

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou convidar também o pessoal do DPT para a gente comemorar aqui, certo, na próxima semana.

Parabéns, meu irmão, você é do coração.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, há um requerimento na Mesa... aliás, três requerimentos.

Primeiro requerimento.

(Lê) “*Requerimento*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 200 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto”

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado o requerimento de prorrogação desta sessão por até 200 minutos.

Há o segundo requerimento.

(Lê) “*Requerimento*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei

nº 25.322/2024, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a vantagem de que trata o parágrafo único do art. 5º da Emenda Constitucional Federal, nº 114, de 16 de dezembro de 2021, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2024.

Dep. Rosemberg Lula Pinto

Dep. Alan Sanches

Líder da Maioria

Líder da Minoria”

Ou seja, esse é o projeto do precatório.

(As galerias se manifestam.)

Há o terceiro requerimento.

(Lê) “Requerimento

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 25.319/2024, de autoria do Poder Executivo, que altera as Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, e nº 11.613, de 06 de novembro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2024.

Dep. Rosemberg Lula Pinto

Dep. Alan Sanches

Líder da Maioria

Líder da Minoria”

(As galerias se manifestam.)

Trata-se da lei que reorganiza a estrutura da Polícia Civil, da polícia legal, da polícia técnica, civil, como um todo, a polícia técnica legal.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex.^a a verificação de quórum de votação, pois tem de ter 31 deputados presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Olha, eu já li os requerimentos.

V. Ex.^a faz questão que eu faça, primeiro, a verificação do quórum?

O Sr. Alan Sanches: A verificação do quórum de votação, já que a gente vai votar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Corretíssimo.

Então estaremos... Antes de votar, há um pedido de verificação de quórum do deputado...

O Sr. Alan Sanches: Só para a gente poder saber se pode continuar ou não a votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Quem leu? Você não quer fazer depois que ler o parecer, não?

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os líderes acordaram.

Portanto, em votação os requerimentos que acabaram de ser lidos.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que concordam com os requerimentos lidos permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

Agora, sim, na ordem de discussão e votação.

Há o projeto...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, o relator não vai ler o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não. Nós votamos a dispensa de formalidades. Agora sim, os projetos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Indico o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar o Projeto de Lei nº 25.322/2024, convoco o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: (Lê) “*PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.322/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘dispõe sobre a vantagem de que trata o parágrafo único do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, e dá outras providências.’

Encaminha, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, que ‘dispõe sobre a vantagem de que trata o parágrafo único do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, devida aos profissionais do Magistério da Educação Básica, a título de complementação pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF,’ conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que ‘o quanto proposto neste projeto de lei é resultado de tratativas do Governo do Estado da Bahia com a União, ratificando o empenho em garantir a continuidade das medidas de valorização dos profissionais da educação e o compromisso com o Magistério Público e a Educação.’

A proposição repete, assim, os critérios utilizados para o pagamento, em 2023, da segunda parcela do precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF, ‘distribuídos em conformidade com as diretrizes fixadas no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 528-DF e no art. 47-A da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, acrescido pela Lei Federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022’, segundo dispõe o art. 2º da citada Lei nº 14.592/2023.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Hilton Coelho, propondo alteração no art. 2º da Lei nº 14.592/2023, para determinar que o percentual de 60% destinado aos professores incida sobre a integralidade dos recursos extraordinários recebidos pelo Estado, incluindo o valor do principal, da correção monetária e dos juros moratórios. Opino pela rejeição da emenda, em razão da sua inconstitucionalidade, por incidir em aumento da despesa pública, contrariando assim o inciso I do art. 78 da Carta Estadual, que veda o aumento da despesa por emenda de iniciativa parlamentar em projeto de iniciativa privativa do Governador.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2024.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão o parecer.

O Sr. Dr. Diego Castro (fora do microfone): Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para discutir, pela ordem, os deputados Diego Castro e Hilton, no âmbito das comissões.

Com a palavra o deputado Diego Castro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, mais uma vez, venho a esta tribuna para reforçar a minha postura em favor dos professores nesta votação dos precatórios.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é vergonhosa a forma como este estado trata a nossa educação. É vergonhosa a forma como a atual administração, nas mãos deste governo do PT, trata os professores. E sem falar que temos, hoje, no comando, o governador que foi o pior secretário da Educação do país. Não é de se esperar outra coisa, pois colocou, com o seu grupo político, a Bahia entre as piores, aliás, a pior educação do país, dentre os piores no acumulado da educação básica dos últimos anos.

(As galerias se manifestam.)

Quanto ao índice de educação a distância, a nota é zero. Quanto à questão da evasão escolar, é a pior do país. Também, as notas de português e matemática no estado da Bahia são as segundas piores em nosso país.

Aproveitando, já que estamos falando de funcionalismo, enxergando a importância de determinadas carreiras, não tive a oportunidade de falar no discurso anterior. Mas há de se reconhecer a tamanha importância que tem o avanço com a questão da polícia científica investigativa e dos peritos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

E quero dizer mais! Esta Casa está de parabéns! Mas não adianta tão somente criar e dar provimento a esses cargos, efetivá-los, mas não, corriqueiramente, tratá-los como merecem ser tratados.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Digo isso porque são profissionais nomeados que serão remunerados. A gente já sabe que já vai começar, dentre os parâmetros nacionais, como uma das piores do Brasil.

É a mesma coisa da gente dizer: “Olhe, estamos dando uma carta branca, sem rumo e sem destino, sem concretização de que a atuação destes vai, de fato, ao final das contas, dar um salto de qualidade no caráter investigatório da segurança pública investigativa da nossa segurança pública.”

Digo isso porque a forma com que toda a Polícia Civil, no nosso estado, é enxergada, é vergonhosa! Você quer me dizer, por exemplo, que R\$ 12 no vale de alimentação é enxergar esses profissionais de maneira digna?

Quanto à estrutura remuneratória, ela deve ser, eu digo que, a partir de agora, dando esse pontapé, algo a ser enxergado como prioridade, porque se a gente tem uma segurança de péssima qualidade, tudo começa na forma como tratamos o material humano dela. E a forma com que o estado trata o seu material humano da segurança pública é vergonhosa, é sacrificadora!

E aproveito para falar da questão das câmeras! Olhem a preocupação do governo neste momento! Eu poderia ser muito bem a favor das câmeras se nós vivêssemos em um estado onde o contexto de valorização dos profissionais da segurança pública fosse de qualidade, se nós vivêssemos em um estado onde o policial, o agente, que vai para a rua, fosse tratado como um braço do Estado, e não como inimigo do próprio agente empregador dele. A realidade é que o policial vai à rua cumprir seu papel em nome do Estado e o próprio Estado, no final das contas, o condena pelo exercício das suas funções.

Na Bahia é assim, porque...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) temos uma cultura “bandidólatra” defendida por essa atual linha de governo, por essência ideológica.

Para concluir, presidente, como eu disse aqui, não adianta pintar muros de delegacia. Não adianta mudar nome de programa. Não adianta criar carreiras, se esse material humano, corriqueiramente, cotidianamente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não tem um tratamento digno. Falo de saúde mental, como apresentei um programa para o governador, o que devia ter sido iniciativa dele. Que ele tome a iniciativa de implementá-lo; de melhorar a estrutura remuneratória, que é a pior do país; de melhorar a qualidade das condições de trabalho. Temos delegacias sucateadas; companhias de polícia sucateadas; equipamentos defasados, que, praticamente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Aliás, o investigativo quase não existe, como vimos aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) o caso do pessoal da papiloscopia, dentre outros. Se a gente parasse para falar tudo aqui, poderíamos fazer uma enorme enciclopédia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Simões Filho: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, nobre deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões Filho: Comunicação inadiável.

É interessante a maravilha da democracia. Eleitores do Psol de Hilton Coelho aplaudindo o bolsonarista Diego Castro. Fantástico! Parabéns! Eu vivi para ver uma cena dessa.

Obrigado.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O próximo orador a discutir será o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Deputado Luciano Simões, quando a gente assume o cargo, a gente tem de defender o interesse público. Eu não perguntei se ninguém aqui vai votar no Psol ou se já votou. Acho que eu nunca perguntei isso. Eu já tive algumas declarações de voto, mas eu acho que eu nunca perguntei. Nosso sentido aqui é o de defender o que é melhor para a Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Nesse sentido, não tem como contestar a matéria em questão. Na matéria em questão, temos de defender a aprovação do projeto aqui, mas eu não quero fazer essa aprovação, o pessoal da Aceb sabe disso. Meu voto vai ser a favor, pois nós lutamos para ter essa tarde de votação e de aprovação do projeto, deputada Fabíola, mas eu tenho de dizer que voto sob protesto, senão não teria nenhum sentido nós fazermos uma proposta de emenda para que os juros de mora fossem respeitados.

Eu acho muito importante evidenciar que é lamentável nós termos de esperar a decisão do STF para ver o governo pegar o recurso, que é dos professores e das professoras, e repassá-lo na integralidade. Eu sei que os companheiros e as companheiras da Aceb concordam comigo.

(As galerias se manifestam.)

Isso é lamentável, porque nós já estivemos nessa queda de braço, inclusive diversos deputados também. Eu me lembro do deputado Rosemberg, deputado Robinson, deputada Fabíola Mansur, deputada Olívia. Nós fomos à Procuradoria

Geral do Estado da Bahia e a tese que foi defendida pela procuradora-geral, inicialmente de maneira intransigente, a meu ver, era que isso criaria uma situação de insegurança jurídica para o gestor que repassasse na integralidade os recursos, que não fizesse a separação do que era o principal e do que eram juros de mora. Ao final do debate, ela mesma admitiu que existiam duas teses, mas que a recomendação ao governo do estado é que adotasse a tese de não se arriscar. De lá para cá, diversos estados pagaram juros de mora.

Saiu uma decisão do STF e agora eu quero ver! A Procuradoria Geral do Estado da Bahia vai ter de dizer que entende mais de constituição do que o STF para não pagar os juros de mora.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Portanto, a nossa emenda, Sr. Presidente, teve isso como base, a primeira tese que a gente já defendia, lá atrás, o STF confirmou agora. Infelizmente, a gente vai ter de ver o governo da Bahia reconhecer isso nos tribunais. É lamentável.

Mas eu quero parabenizar a polícia técnica da Bahia. Não vou falar mais uma vez, certo? Entre com garra, inclusive para lutar pelo salário de nível superior, porque o governo do estado está devendo a vocês, sim, o salário de nível superior. Entre com toda a força para defender a polícia investigativa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Nós vamos aprovar nesta tarde o projeto dos precatórios do Fundef porque a categoria não aguenta mais isso, está desesperada. Nós temos de aprovar esse projeto agora, para que a categoria tenha o que lhe é de direito.

(As galerias se manifestam.)

Nós vamos ter, sim, a vitória nos tribunais. Vamos mostrar que essa tese de que juros de mora não faziam parte da dívida do governo do estado com essa categoria é insustentável. O governo vai ter de respeitar isso daqui para a frente, e pagar inclusive o retroativo para a categoria. Vamos aprovar esse projeto, mas vamos aprová-lo sob o protesto da categoria e deste deputado que vos fala.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Euclides Fernandes para discutir por 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Ex.^{mo} Sr. Deputado Estadual Zé Raimundo, presidente em exercício da sessão de hoje, primeiramente, quero reconhecer o papel de S. Ex.^a, o governador Jerônimo Rodrigues, pois ele encaminhou o projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia sobre o direito da classe dos professores ao precatório.

Em seguida, meus aplausos para a Oposição, na pessoa do líder da Minoria, o deputado Alan, pois ele teve bom senso, equilíbrio, procurou lutar para melhorar as condições do pagamento dos precatórios, mas sentiu que não havia condições para

fazer as mudanças que ele, a Oposição, queria, para atender a classe de trabalhadores. Então ele fez o correto, o certo. A Oposição declarou, de maneira tranquila e serena, que estaria votando favoravelmente ao projeto enviado pelo governador Jerônimo Rodrigues sobre o pagamento dos precatórios.

Eu tenho de aplaudir o bom senso. A Oposição pensou na classe dos professores, não ficou dificultando esse recebimento, que é um anseio dos professores que necessitam da liberação dos precatórios para fazer a feira e cuidar do bem-estar deles.

Segundo, Sr. Presidente, quero dizer ao deputado que me antecedeu, Diego, que ele está muito mal-informado. Por ser Oposição, chega aqui e só faz falar, falar, falar, mas ele, como deputado representante do povo, tem de ter o bom senso e reconhecer as coisas que se direcionam para o bem-estar do povo baiano. Na área de educação, o governador Jerônimo Rodrigues tem feito um excelente trabalho. Ele já entregou mais de 50 escolas de tempo integral aos jovens estudantes do estado da Bahia. Uma escola de tempo integral, se você está me ouvindo, deputado Diego, é uma escola que tem uma total estrutura para o desempenho do jovem. Ele vai à escola não só pelo ensino; ele vai para a escola porque lá, nessa escola, há uma estrutura montada para ele ter o desenvolvimento de suas aptidões: para aptidões artísticas, há um auditório; para aptidões no esporte, há uma quadra coberta, um campo de futebol society. Enfim, tem uma cozinha para dar alimentação de qualidade.

Mais de 50 escolas já foram entregues pelo governador Jerônimo nos municípios do estado da Bahia e a construção de muitas outras já está autorizada para dar toda a sustentabilidade e condição de ensino de qualidade à juventude do estado da Bahia.

Então, eu quero deixar patenteado, de maneira clara: não é bom para um deputado chegar aqui e falar por falar. Vamos realmente respeitar qual é a situação do governador.

Jerônimo Rodrigues é uma ótima revelação da política baiana, é um cabra que veio do interior, Aiquara, um homem simples, humilde, dedicado ao povo baiano. Ele não tem sossego, acorda cedo, por volta das 6 horas da manhã, todo santo dia. Viaja para dois ou três municípios para escutar as reivindicações dos políticos e da população, para levar as entregas e os benefícios necessários, e também para estabelecer novas licitações, novas entregas, para a melhoria da qualidade de vida do povo baiano.

Sr. Presidente, registro o meu protesto à fala do deputado Diego. Foi uma fala...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) totalmente desnorteada, uma fala que não representa o bom senso e o equilíbrio que deve ter um deputado estadual.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado. O vosso protesto está na ata.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação...

O Sr. Samuel Junior: A fala do deputado Euclides está pedindo que V. Ex.^a publicasse o protesto dele...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu disse a ele que o protesto dele está na ata. É a fala dele.

O Sr. Samuel Junior: Pronto. É a fala do deputado e é um direito dele de falar, assim como a fala do deputado Euclides é o direito dele de falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Corretíssimo, tanto que eu já antecipei que o protesto de V. Ex.^a está na ata, não tenho nada que ver com isso.

Em votação, no âmbito das comissões, o parecer ao Projeto de Lei nº 25.322/2024 que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o parecer ao Projeto de Lei nº 25.322/2024 que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade o **Projeto de Lei nº 25.322/2024, em discussão única.**

PROJETO DE LEI Nº 25.322/2024

Dispõe sobre a vantagem de que trata o parágrafo único do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os critérios, percentuais e termos previstos na Lei nº 14.592, de 25 de agosto de 2023, serão aplicados para o pagamento da vantagem de que trata o parágrafo único do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, devida a partir do ano de 2024.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

(As galerias se manifestam com muitas palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto.

Projeto de Lei nº 25.319/2024.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o nobre deputado Pablo Roberto para relatar a presente proposição.

O Sr. PABLO ROBERTO: (Lê): *“Parecer das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.319/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 11.370, de 4 de fevereiro de 2009, e a Lei nº 11.613, de 6 de novembro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências.’*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, ‘visa aprimorar a estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado da Bahia, reiterando, assim, o compromisso do Governo do Estado em promover medidas de fortalecimento da segurança pública, conforme registra o Sr. Governador na mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que ‘a criação de cargos prevista nesta proposta produzirá um acréscimo na despesa de pessoal, para o exercício de 2025, no valor estimado de R\$ 120.854.340,00 (cento e vinte milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e quarenta reais), e para os exercícios de 2026 e 2027, o valor estimado de R\$ 123.251.092,00 (cento e vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e um mil e noventa e dois reais), considerando que todas as vagas criadas sejam preenchidas em único momento’, e ainda que ‘o Estado, ao elaborar os estudos para a efetivação da proposta, considerou a necessidade de manter o equilíbrio fiscal e a solidez das contas públicas.’

O projeto prevê a criação, na estrutura da Polícia Civil, de 300 cargos de Perito Criminal, 180 cargos de Perito Médico Legista, 20 cargos de Perito Odonto-Legal e 61 cargos de Perito Técnico.

Trata-se, portanto, de medida de grande relevância para o combate à criminalidade no Estado, com a criação de 561 cargos, ampliando significativamente o quadro de cargos especializados da nossa Polícia Civil.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.”

É o parecer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Pablo Roberto.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão e votação no âmbito das comissões.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado no âmbito das comissões de forma unânime.

Em discussão e votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.319/2024, que reorganiza o quadro da polícia técnica no âmbito da Polícia Civil. Aprovado, por unanimidade, **em discussão única**.

PROJETO DE LEI Nº 25.319/2024

Altera as Leis nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, e nº 11.613, de 06 de novembro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura da Polícia Civil do Estado da Bahia, os seguintes cargos de provimento efetivo:

- I - 300 (trezentos) cargos de Perito Criminal de Polícia Civil;
- II - 180 (cento e oitenta) cargos de Perito Médico Legista de Polícia Civil;
- III - 20 (vinte) cargos de Perito Odonto-Legal de Polícia Civil;
- IV - 61 (sessenta e um) cargos de Perito Técnico de Polícia Civil.

Art. 2º - O Anexo I da Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3º - O Anexo I da Lei nº 11.613, de 06 de novembro de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a editar atos e promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM CARÁTER PERMANENTE

CARGO	TODAS AS CLASSES
Delegado de Polícia Civil	1.200
Investigador de Polícia Civil	6.440
Escrivão de Polícia Civil	1.293
Perito Técnico de Polícia Civil	1.100

Perito Criminal de Polícia Civil	900
Perito Médico Legista de Polícia Civil	600
Perito Odonto-Legal de Polícia Civil	80

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL SEGURANÇA PÚBLICA SISTEMA POLICIAL CIVIL DE CARREIRA PROFISSIONAL QUANTITATIVO DE CARGOS NA CLASSE INICIAL

CARGO	CLASSE III
Delegado de Polícia Civil	323
Investigador de Polícia Civil	2.880
Escrivão de Polícia Civil	393
Perito Técnico de Polícia Civil	550
Perito Criminal de Polícia Civil	500
Perito Médico Legista de Policial Civil	350
Perito Odonto-Legal de Polícia Civil	50

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Para a declaração de voto, Sr. Presidente. Veja bem...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Declaração de voto, pois não.

O Sr. Alan Sanches: Eu quero deixar claro que hoje toda essa votação, tanto a dos precatórios como a do DPT, só foi possível, deputado Rosemberg, a partir dessa construção do diálogo junto com a Bancada da Oposição.

A Oposição, de alguma forma, tentou contribuir com esses projetos e ajudar essas categorias, tanto dos concursados que estão no cadastro de reserva quanto dos professores e, principalmente, dos aposentados. Porque nós acreditamos e defendemos... Eu tive acesso também a um ofício que foi encaminhado pela diretoria da APLB em que ela fala sobre o reajuste salarial, que nós ainda estamos discutindo com o governo do estado e a Bancada do Governo, e fala também dos precatórios.

Com relação aos precatórios, ela cita que vai continuar lutando pelo pagamento integral com juros e mora, mas, em momento algum, ela solicita ao deputado Rosemberg ou ao deputado Alan Sanches, que representam as duas

bancadas daqui, que não seja votado esse projeto, caso não tenha a possibilidade de o governo aceitar o pagamento dos juros.

Dessa forma, esta Assembleia, eu digo, a nossa bancada, completamente amadurecida nesse processo que é o terceiro projeto de precatório que chega à Casa, entendeu que a melhor forma era liberar esse recurso, que já está no banco, ou seja, à disposição do governo, mas é um recurso dos professores.

Então, nós encaminhamos essa votação e declaramos que o voto de toda a Oposição foi a favor porque entendemos que não tinha mais sentido postergar o não pagamento dos precatórios. Nós acordamos e concordamos, ambas as bancadas, que deveríamos, sim, votar favoravelmente aos precatórios, e o sindicato e a Aceb podem entrar e judicializar esse processo.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Ainda tem o projeto do Bahia pela Paz, e eu queria pedir aos deputados e às deputadas... Porque nós ainda vamos votar esse projeto, cujo relator é o deputado Robinson, mas eu queria agradecer e dizer que eu acho que há amadurecimento da Assembleia Legislativa da Bahia, nós votamos dois projetos de interesse da segurança pública e dos professores por unanimidade.

Eu quero agradecer aqui a todos os deputados da Base do Governo e da Base da Oposição, em nome do deputado Alan, porque nós construímos esse debate e esse consenso e votamos por unanimidade aqui na Casa, nesta tarde de hoje.

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Alan Sanches. Deputado Rosemberg Pinto, registradas as considerações.

Eu aproveito esse clima e concito os dois líderes para que aqueles projetos que podem ser encaminhados... Já estamos no mês de maio, o mês de junho aperta, vamos ver se aproveitamos, provavelmente o presidente Adolfo Menezes terá um tempo, ele assumirá o governo do estado, eu estarei na presidência desta Casa, vamos apressar os projetos para irmos limpando a pauta, nobre Alan, nobre Rosemberg, para irmos limpando a pauta no mês de maio porque, no mês de junho, fica muito corrido e tem toda uma agenda pelo interior.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto. (Lê) “*Projeto de Lei nº 25.233/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Altera a Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, na forma que indica, e dá outras providências.’*”

Convido o deputado Robinson Almeida para relatar.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu só quero, porque o adiantar das sessões aqui às vezes é corrido, e eu já quero deixar solicitado a V. Ex.^a que, após a leitura do parecer, eu vou fazer, como eu já sinalizei antes e solicitei, o pedido de vista do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto! Correto! V. Ex.^a será atendido já nessa questão preliminar.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.233/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Altera a Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, na forma que indica, e dá outras providências.’

Apresenta, o Exmº Sr. Governador do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto que ora venho relatar, tendo como objetivo ‘promover a alteração da Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, que instituiu o Sistema de Defesa Social, em função da Reforma Administrativa empreendida pela Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022’, conforme registra o Chefe do Poder Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que a proposição ‘visa reestruturar o ‘Programa Pacto pela Vida’, passando a denominar-se ‘Programa Bahia pela Paz’, promovendo ajustes quanto a governança e a criação de novos cargos, visando fortalecer e aprimorar a capacidade de proteger e servir à comunidade baiana, contribuindo assim para a eficiência e eficácia do referido Sistema.’

O Programa Bahia pela Paz, como estabelece o art. 7º-A, inserido na Lei nº 12.257/2011 pela proposição, consiste ‘no conjunto de projetos e atividades desenvolvidos por diversos órgãos do Poder Público e em interação com a sociedade civil, que tem por finalidade promover a redução da criminalidade e violência no Estado da Bahia, bem como promover a melhoria do desenvolvimento social e humano das faixas mais vulneráveis da população baiana.’

A composição do Comitê Executivo do Programa fica reduzida de 11 para 7 membros, excluindo-se, além do Governador, as representações da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, fazendo-se incluir o Secretário de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo mantidas as demais representações, como também ficam inalteradas as atribuições do Comitê.

Ficam mantidos o Sistema de Defesa Social e o seu Comitê de Governança, com as representações e diretrizes originalmente estabelecidas no Pacto pela Vida, cabendo ressaltar, porém, que a nova proposta, ao tempo em que visa a redução da criminalidade e da violência, estabelece como meta o aumento de índices que apontem para a melhoria do desenvolvimento social e humano das faixas mais vulneráveis da população baiana, constituindo-se, assim, em matéria de relevante interesse social.

Registre-se, por fim, que as medidas apresentadas produzirão um acréscimo na despesa de pessoal, para os exercícios de 2024 e 2025, de R\$403.471,00 cada, considerando, o Governo do Estado, na efetivação da proposta, “a necessidade de

manter o equilíbrio fiscal e a solidez das contas públicas”, citando mais uma vez a Mensagem Governamental.

O projeto recebeu três emendas, todas de autoria do Deputado Pablo Roberto, as quais passo a analisar.

A Emenda nº 1 propõe acrescentar vários órgãos e entidades na composição do Comitê Executivo do Programa. Opino pela rejeição, considerando que a referida emenda considera tão somente o Comitê Executivo como instância de governança capaz de promover a necessária articulação, integração, dinamismo e racionalidade, no âmbito do Programa. Importante esclarecer que, na perspectiva legal, o Programa Bahia pela Paz também vai contar, em sua estrutura de governança, com Comitê de Governança do Sistema de Defesa Social, Câmaras Intersetoriais e Núcleo de Gestão do Programa.

Além disso, a referida emenda deve ser rejeitada por incorrer na vedação do inciso VI do art. 77 e do inciso I do art. 78, ambos da Constituição Estadual, que vedam emendas em projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado que disponham sobre criação, estruturação e competência das Secretarias e órgãos da administração pública que impliquem aumento ou redução de despesas.

A Emenda nº 2 propõe a supressão do art. 5º do projeto, que autoriza o Poder Executivo a promover as alterações orçamentárias necessárias à implementação das medidas propostas. Opino também pela rejeição, uma vez que a previsão no art. 5º garante tão somente a adequação do recurso ao orçamento do Estado, que porventura for necessária, respeitados os valores globais constantes do orçamento do exercício de 2024 e do Plano Plurianual.

Além disso, a emenda não condiz à lógica constitucional da Separação dos Poderes, e representa o engessamento das atividades do Poder Executivo pelo Legislativo, ao qual estão asseguradas todas as garantias constitucionais de fiscalização e de autorização.

Assim, a proposta esbarra no § 2º do art. 1º da Constituição Estadual, que garante a Separação dos Poderes, e incorre nas vedações do inciso III do art. 77 e do inciso I do art. 78, ambos da Constituição Estadual, que vedam emendas em projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado que disponham sobre matéria orçamentária, implicando, assim em aumento ou redução de despesas.

Por fim, a Emenda nº 3 propõe a criação de 27 Câmaras Intersetoriais, subdivididas de acordo com os territórios de identidade do Estado. Opino mais uma vez pela rejeição, considerando a sua manifesta inconstitucionalidade, por incorrer na vedação do inciso VI do art. 77 e do inciso I do art. 78, ambos da Constituição Estadual, que vedam emendas em projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado que disponham sobre criação, estruturação e competência das Secretarias e órgãos da administração pública que impliquem aumento ou redução de despesas.

Ante o todo exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de

grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.", Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, há um pedido de vista feito pelo nobre deputado Alan Sanches.

Por favor, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Exatamente. Solicitando o pedido de vista ao projeto, ele deve voltar depois de 48 horas. Então, deverá ser na segunda ou na terça, a depender do quórum, que V. Ex.^{as} estejam presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Então, Srs. e Sr.^{as} deputadas, no retorno do projeto, nós colocaremos em discussão e votação, no âmbito das comissões, o parecer que acaba de ser lido. Na sequência, faremos, regimentalmente, a votação desse projeto de lei no Plenário.

Neste momento, portanto, o projeto está em mãos da liderança da Minoria, pelo prazo de 48 horas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Eduardo Salles, Hassan, Luciano Araújo, Marcinho Oliveira, Neusa Cadore, Sandro Régis e Tiago Correia. (08)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.